

--N.º 7/2021 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.-----

--- Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu Salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

--PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR AS FREGUESIAS, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DE APOIOS FINANCEIROS, DOAÇÕES DE TERRENOS, CEDÊNCIAS DE EDIFÍCIOS EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE CONTRATO DE COMODATO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL RELATIVAMENTE À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA USF ANTONINA - REQUIÃO, COM UM PREÇO BASE DE 500.000,00 EUROS (QUINHENTOS MIL EUROS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 365 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 36.º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS

DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2022: -----

---UM PONTO UM - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ART.º 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ART.º 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

---UM PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 20€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO; -----

---UM PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 40€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPECTIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO; -----

---UM PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DERRAMA SOBRE O IRC (IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS):-----

---UM - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2021;-----

---DOIS - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

---TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2021, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO ESPAÇO PÚBLICO E

ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, PARA O EFEITO DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM O ART.º 6.º DO DECRETO-LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DA ESTRUTURA NUCLEAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES, O NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES, BEM COMO O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS RESPETIVOS CHEFES DE EQUIPA E DOS TITULARES DAS SUBUNIDADES ORGÂNICAS DE 3.º GRAU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1194,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/1995, SITA NO LUGAR DE FONTAÍNHAS, DA FREGUESIA DE MOGEGE, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO - SNACK-BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO, A MARCO ANDRÉ CARNEIRO TEIXEIRA (NIF: 231077645), POR UM PERÍODO CONTRATUAL INICIAL DE 10 (DEZ) ANOS, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM A POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 5 ANOS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 55.800,00 EUR. (CINQUENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS EUROS), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE UMA RENDA MENSAL DE 465,00 EUROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE. (GRELHA E) ---

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO. (GRELHA E) ----

---DÉCIMO QUINTO PONTO - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, E RESPECTIVO SUPLENTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SEXTO PONTO - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - CIM DO AVE. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E

RESPECTIVO SUPLENTE, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO OITAVO PONTO - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEVENDO SER UM AUTARCA DE FREGUESIA E RESPECTIVO SUPLENTE, NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO NONO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPECTIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. (GRELHA E)-----

---VIGÉSIMO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPECTIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO. (GRELHA E)-----

---VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Informou que, por impedimento profissional, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão extraordinária, pelo que solicitou ao Grupo Municipal do CDS-PP que nomeasse um representante para completar a Mesa da Assembleia Municipal.-----

---A Mesa presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Cármen Rodrigues Araújo, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---ANA ISABEL DE MACEDO FALCÃO FERNANDES-----

Assembleia Municipal



--ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO -----
--ANTÓNIO FERNANDO SANGUÊDO MEIRELES -----
--ANTÓNIO FRANCISCO DA COSTA OLIVEIRA -----
--ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----
--ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
--ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
--ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
--ARMINDO FERNANDES GOMES -----
--ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
--AVELINO FREITAS SILVA -----
--BERNARDINO GOMES MARTINS -----
--BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO DA CUNHA -----
--CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES -----
--CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES -----
--CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
--CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
--CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
--CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA DE ARAÚJO -----
--DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
--DAVID FILIPE DE OLIVEIRA CARVALHO -----
--DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
--ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----
--ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
--FERNANDO JORGE FERREIRA DA SILVA -----
--FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
--FRANCISCO CASTRO ALVES -----
--FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----

Assembleia Municipal



--FRANCISCO RODRIGUES DE SÁ-----
--GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
--HERCULANO LARANJEIRA SAMPAIO BARBOSA-----
--JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
--JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO-----
--JORGE JOAQUIM DOMINGUES DA COSTA-----
--JORGE PAULO DA SILVA OLIVEIRA-----
--JOSÉ CARLOS DA SILVA LIMA-----
--JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----
--JOSÉ JOAQUIM DE SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
--JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
--JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA-----
--JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
--LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----
--LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
--LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
--LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA-----
--LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO-----
--MANUEL FRANCISCO CARVALHO DE OLIVEIRA-----
--MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO-----
--MANUEL JOAQUIM FARIA DA SILVA-----
--MANUEL LIMA SOARES-----
--MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
--MANUEL DA SILVA ALVES-----
--MARIA ESTELA DE SÁ VELOSO CARDONA-----
--MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA-----
--PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----

Assembleia Municipal

--PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----

--PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----

--PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----

--PEDRO JORGE DE SOUSA SANTOS-----

--RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----

--RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

--RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

--RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

--RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

--SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO -----

--SUSANA PATRÍCIA DA SILVA FERREIRA -----

--TÂNIA DANIELA CARVALHO DA SILVA -----

--TOMÁS MANUEL DA CUNHA E SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Estando assim a Mesa composta, os trabalhos irão prosseguir. Como sabem, esta é a primeira sessão da Assembleia Municipal, deste mandato. É normal que nestas circunstâncias, já não bastava ser um novo mandato, mas com o uso de máscaras torna-se ainda pior para as senhoras secretárias identificarem os Senhores Deputados, por isso, peço alguma compreensão caso eu diga, o Senhor Deputado do respetivo Grupo e não indique o nome e, caso queiram, sendo novos Deputados, podem-se identificar no respetivo púlpito e dizer o respetivo nome e Grupo Municipal. -----

---Antes de iniciarmos, cabe-me fazer aqui algumas informações prévias. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus, Carlos Manuel Martins Valente, não tinha tomado posse, mas a Mesa da Assembleia verificou hoje a sua identidade e

legitimidade, tendo, por isso, as condições necessárias para tomar hoje posse e assinar de forma posterior com efeitos retroativos o auto de tomada de posse. -----

---Depois, cabe-me aqui anunciar a renúncia ao mandato do Senhor Deputado, Davide Filipe Oliveira Carvalho, do Grupo Municipal do PSD, que vem em sua substituição, Beatriz Silva Abreu Sousa. Também, cabe-me informar que, pela mesma razão, renuncia ao mandato o Senhor Deputado do do PS, Herculano Laranjeira Sampaio Barbosa e vem em sua substituição, José Miguel Teixeira Campos. -----

---Depois, cabe-me para o funcionamento dos trabalhos informar que o líder do Grupo Municipal do PSD é o Deputado, Jorge Paulo Oliveira e do Partido Socialista, Jorge Joaquim Domingues da Costa. -----

---Sendo assim, estando feitos os avisos prévios, vamos iniciar os nossos trabalhos. Lembro que temos uma agenda grande e que a partir do ponto décimo segundo vai-se tratar de eleições. Peço a vossa compreensão porque vamos ter que vir ao púlpito votar, o processo é mais demorado, mas temos que o fazer.-----

---**PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Desejou a todos que as sessões da Assembleia Municipal fossem proveitosas, profícuas, com uma elevação que se espera, por forma a que deem um contributo para que o executivo da Câmara Municipal possa beneficiar dessa colaboração.-----

---De seguida, fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

Assembleia Municipal

---**JORGE COSTA (PS)** - É a primeira vez que, após tantos anos, me dirijo a esta Assembleia Municipal, mas também é hora de deixar a marca e apontar os caminhos, os avisos que a responsabilidade do mandato impõe.-----

---Também é hora de agradecimento ao grupo Municipal do PS que nos antecedeu. A todos, homens e mulheres que souberam com galhardia e méritos esgrimir e fazer-se notar a bandeira do PS. O partido da Igualdade, da Fraternidade e da Liberdade. Saúdo a todos num homem aqui presente, o Eng. Paulo Pinto, que muito nos honra com a sua continuidade e a sua presença no novo Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

---Pode o executivo, Senhor Presidente, Mário Passos, contar com uma oposição séria, atenta, acutilante, exigente, responsável. Nós não estamos aqui para votar contra ou a favor, em abstrato, mas antes para analisar de forma séria os dossiers, promover a discussão da dialética política e exigir sempre aquilo que a nossa visão ideológica do mundo for o melhor para Vila Nova de Famalicão e para os famalicenses.-----

---Acabaram os dias em que a Assembleia Municipal foi mera câmara de eco da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. E, neste aspeto, fica já aqui um primeiro reparo, dissemo-lo em campanha, o Senhor Presidente, Nuno Melo, não está, mas que não faça disto uma regra, que nós vamos apontar o dedo. Dissemos na altura que não era a candidatura séria que não queria de facto estar de verdade e a tempo inteiro em Famalicão e começou na primeira logo a faltar.-----

---Ora bem, caríssimos, não hesitaremos nunca em votar contra aquilo que estiver mal, ainda que isso haja recebido o beneplácito da abstenção dos Vereadores do PS. A fórmula para evitar o confronto estará sempre na procura de soluções negociadas, do estudo afincado e sério dos dossiers, da promoção do bem comum, em Vila Nova de Famalicão. O recado fica aqui dado a todos e cada um e cada qual, a partir de agora, faça como entender e como quiser.-----

---No concreto, iremos aqui e no que subjaza a esta discussão particular abstermo-nos à semelhança do que fizeram os nossos Vereadores na Câmara, uma vez que perfilhamos

com estes o entendimento de quem ganha deve governar e a oposição deve criticar quando isso se justificar, mas no geral não obstar as soluções do poder. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Sendo esta a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal queria em nome pessoal e em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata saudar a Vossa Excelência, o Senhor Presidente, e na sua pessoa, saudar, naturalmente, todas as Senhoras e Senhores Deputados e todo o Senhor Presidente e demais membros da Vereação, bem como os mais membros que compõem a Mesa da Assembleia Municipal. -----

---Começamos hoje, primeira sessão de muitas, ao longo de quatro anos e permita-me dizer, Senhor Presidente, começamos mal. E começamos mal quando a força política da oposição gasta mais de três minutos para dirigir-se à Câmara sem nunca se referir ao assunto que estava em discussão. O assunto que estava em discussão não era esse. É aceitável que numa primeira reunião se possa dirigir à Câmara com uma introdução sob aquilo que poderá vir a ser a perspetiva de futuro, ou a forma como o Partido Socialista, enquanto força política, encara esta Assembleia Municipal, mas convínhamos, três minutos de cinco ou três minutos de quatro para falar dessa matéria e não noutra, é algo que tem de merecer o nosso reparo e esperemos que, naturalmente, os pontos seguintes da ordem de trabalhos também não sejam transformados em outras discussões que não aquelas que se cingem ao objeto da nossa discussão. -----

---E depois, também, para dizer o seguinte, não deixo de notar que o Partido Socialista diz que acabaram os dias em que a Assembleia Municipal foi uma câmara de eco da Câmara Municipal, maior crítica ao grupo Municipal do Partido Socialista do anterior mandato não poderia haver, de facto. Depois, dizer que quem ganha deve governar! Pois é, Senhor Deputado, 2015 não foi assim no país, pois não?! -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Ouvi com atenção a intervenção do Dr. Jorge Costa, que considero um amigo, mas começou no primeiro dia nesta Assembleia Municipal desalinhado com o Partido Socialista e com o seu colega de bancada, Eng. Paulo Pinto,

que fez um excelente mandato que terminou e certamente vai fazer um excelente mandato daqui para a frente, porque ele quer o melhor para Famalicão e não quer dois Partidos Socialistas em Famalicão, quer o Partido Socialista alinhado em Famalicão. O Dr. ou Eng. Paulo Pinto fez isso no mandato anterior. -----

---No entanto, esta Assembleia Municipal não tem período Antes da Ordem do Dia, mas o Dr. Jorge Costa abriu um precedente e o Senhor Presidente da Assembleia não se importou. Portanto, vamos continuar assim. Espero que daqui para a frente quando não houver período Antes da Ordem do Dia, não venhamos para aqui perder tempo com coisas que não têm nada a ver com o que vamos votar hoje. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPA DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES. -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR AS FREGUESIAS, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DE APOIOS FINANCEIROS, DOAÇÕES DE TERRENOS, CEDÊNCIAS DE EDIFÍCIOS EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE CONTRATO DE COMODATO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR AS FREGUESIAS, DESIGNADAMENTE

ATRAVÉS DE APOIOS FINANCEIROS, DOAÇÕES DE TERRENOS, CEDÊNCIAS DE EDIFÍCIOS EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE OU DE CONTRATO DE COMODATO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL RELATIVAMENTE À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA USF ANTONINA - REQUIÃO, COM UM PREÇO BASE DE 500.000,00 EUROS (QUINHENTOS MIL EUROS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 365 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 36.º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“A CDU imbuída no desejo de melhorar as condições de acesso das populações à saúde, reconhece como positiva a recuperação da Unidade de Saúde Familiar Antonina, em Requião. Tal processo, que envolve a atribuição de uma verba de mais de 500 mil euros dos fundos europeus, merece o nosso comprometimento. -----

Reafirmando o desejo da CDU, de ver melhoradas as condições de acesso de todos os famalicenses à saúde pública, relembramos a Câmara Municipal de que esta também deve interceder junto do governo, sensibilizando-o para a necessária reabertura das extensões de saúde de Landim e Arnoso que, para os mais distraídos, importa lembrar o seu encerramento desde o período da Troika.-----

---A realidade demonstra todos os dias e a situação que hoje vivemos no país deixa bem claro as dificuldades e as graves consequências que esta decisão trouxe para o país e para os famalicenses.-----

---A saúde tem de estar em primeiro lugar, e é inadmissível que continuem a existir problemas relacionados, por exemplo, com o acesso de muitos famalicenses ao serviço de Médico de Família, um direito fundamental que deve ser concedido a qualquer cidadão.-----

---A saúde não pode ser um negócio e resta saber se esta casa também acompanha a defesa do Serviço Nacional de Saúde, garantindo cuidados de saúde a todos ou se continuará com um discurso para com os famalicenses e outro na Assembleia da República.”-----

---**FIRMINO COSTA (PSD)** - Relembrar aqui e, aproveitando este momento para obviamente congratular através do Grupo Municipal do PSD, aquilo que é o investimento feito nesta área, no caso nesta USF, que é mais do que necessário para o nosso município e gostaríamos, obviamente, de relembrar aqui, que não é caso único em Vila Nova de Famalicão que esta maioria tem liderado. A Câmara Municipal, ao longo destes últimos anos, vai fazendo estes investimentos e vai muitas vezes substituindo aquilo que é o Governo Central. E relembro, por exemplo, alguns dos pontos: como custearam o novo edifício de apoio às Urgências da Unidade de Vila Nova de Famalicão, do Centro Hospitalar do Médio Ave; assumir, por exemplo, e disponibilizar ao acesso a Vila Nova de Famalicão, viaturas cujas tarefas de acompanhamento domiciliário; disponibilizou colaboradores do município para a ARS Norte no apoio ao rastreio colaborativo COVID; assumiu responsabilidades para a realização de procedimentos inerentes às obras de reabilitação das coberturas do Quartel da PSP; assumiu participação equivalente a 38% daquilo que é a intervenção da N14, ou seja, Senhoras e Senhores Deputados, mais uma vez aqui o que é o Poder Local e a

Administração Local assumir um papel preponderante muitas das vezes em contraponto daquilo que é uma Administração Central muitas das vezes ausente. -----

---**JOÃO PEDRO (CHEGA)** - Começar com uma nota de protesto com aquilo que está ali. A mesa precisa de ter algum poder de antecipação. Hoje, o CHEGA só tem um Deputado, mas amanhã estará cheio de Deputados do CHEGA. Portanto, é preciso ter alguma noção do que é que vai acontecer daqui para o futuro. -----

---Começar por dizer que de facto a Assembleia Municipal tem sido um órgão desprestigiado, muito por culpa de uma figura de cartaz que insiste em ser candidato. Concordámos com aquilo que diz Jorge Costa, naturalmente, mas já sabemos que a eliminação de mandatos é só para os órgãos executivos, não para os órgãos deliberativos, mas de qualquer das maneiras pensamos que é uma situação a rever. -----

---Relativamente à saúde, que é aquilo que se está aqui a discutir, lembro-me nos últimos dois eleitos camarários, que o problema da saúde foi sempre um problema que a mim foi muito sensível, porque tenho lá em casa gente idosa, gente a precisar de cuidados médicos e, portanto, foi sempre um problema aqui em Famalicão. E nesse sentido, gostaria de dizer que é preciso ser feito muito mais, tanto mais que durante os últimos oito anos foi remetido até à exaustão o argumento de que Famalicão era o terceiro Concelho mais contributivo do PIB. Dizia a Dra. Manuela Leite, que quem paga manda. Onde está a nossa recompensa? Não temos cuidados de saúde em condições, temos um Hospital deplorável, que precisa de ser melhorado, naturalmente. -

---Temos as autoestradas mais caras que existe à volta da nossa cidade. Imaginem uma pequena empresa que tenha duas carrinhas a andar por aí fora. O que paga em autoestradas!!! Vocês dizem todos: Ah, mas isso é um problema do Poder Central! Mas afinal, para que serve uma Câmara Municipal?! Afinal, para que serve um elenco camarário?!" Um executivo que tenha a força do poder económico de ser a terceira força política do País. -----

---Portanto, há uma série de questões que o CHEGA vai levantar aqui nesta Assembleia Municipal, que precisam naturalmente de ser melhoradas. E vamos fazer aqui, desde já dizemos, estou aqui numa espécie de um tirocínio parlamentar, é a primeira vez que apresento aqui, perante os Senhores Deputados e perante a mesa da Assembleia. Nós vamos aqui fazer uma oposição construtiva, votaremos a favor em tudo aquilo que nos pareça que valha a pena votar a favor, mas votaremos contra em tudo aquilo que nos pareça que não vale a pena votar a favor.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - A noite é de mimos e eu não posso senão retribuir ao meu querido amigo, Jorge Paulo Oliveira, um mimo de o encontrar aqui nestas lides parlamentares, ao amigo, Armindo, ao amigo, João e também à jovem da CDU, Tânia, e um augurar a todos um debate profícuo e dialético de política a sério. -----

---Falando de política a sério, o Senhor Deputado Firmino enganou-se um bocado e enganou-se um bocado quando veio para aqui dizer que a saúde em Famalicão está muito boa, e nós até demos dinheiro para a N14. Ó Senhor Deputado, eu queria-lhe dizer o seguinte: O PS, doravante, vai fazer uma posição construtiva e, neste caso, vai votar a favor porque tudo aquilo que seja investimento, apoio à vida dos famalicenses e da saúde dos famalicenses, para nós é voto a favor. Tudo o que se faça, seja o que for, será sempre e só positivo! Neste caso, também é positivo. Mas nós não nos esquecemos que vocês só vão andando a reboque do programa do nosso candidato Eduardo.-----

---Em plena pandemia estava o município adormecido e o Eduardo cutucou-vos a dizer: olhai as pessoas, olhai a saúde! Nós não nos esquecemos que vocês ignoraram, e ignoram as transferências do Governo Central em muitas matérias, nomeadamente em matérias de saúde, ou pensa que nós andamos assim distraídos?! E, portanto, nestas matérias nós sabemos bem que vocês promovem as Clínicas Privadas, os Hospitais Privados e tudo isso. Seja como for, nem toda a gente tem dinheiro para ir para os privados, e aquilo que for para investir a bem de todos, o Público terá, como desta vez, o nosso voto positivo.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado, Jorge Costa, a saúde não está boa em Vila Nova de Famalicão e só não está pior, sabe porquê? Porque dispõe de médicos, profissionais de saúde, assistentes clínicos e fim, todo um pessoal que trabalha nas Unidades de Saúde, nos Hospitais e nos Centros de Saúde. E só não está pior, também, porque a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão assumiu responsabilidades que não são suas para colmatar a deficiente atuação do Governo Central no nosso Município.-----

---Aqui, o que o meu companheiro e colega, Firmino Costa, afirmou, foi de que o exemplo desta Unidade de Saúde Antonina era apenas um exemplo entre muitos outros exemplos, onde faltou o Estado Central não tem faltado o Estado Local e, por isso, ele fez referência e muito bem, fez referência à disponibilização de viaturas por parte do Município, para que o serviço de domicílio, por parte do Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão, possa ter lugar. Acha que isso não deve ser valorizado? Acha que sem essas viaturas o serviço seria prestado da mesma forma que é hoje?-----

---Esquece, porventura, V. Exa. que a Câmara Municipal custeou em 50% a Clínica da Mulher e do Adolescente. Uma responsabilidade total do Ministério da Saúde, mas que aqui investiu zero nesse domínio.-----

---Esquece, porventura, V. Exa. que a Câmara Municipal custeou parte, não na totalidade, mas que pagou parte da extensão da Unidade de Urgência do nosso Hospital!

---Esquece, porventura, V. Exa. que foi a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que custeou o Gabinete de Saúde Oral no Centro de Saúde de Delães!-----

---Esquece, porventura, V. Exa. que a Câmara colocou vinte e cinco funcionários diariamente no Centro de Vacinação de Vila Nova de Famalicão! E isto, são responsabilidades da Administração Central, são responsabilidades do Ministério da Saúde, não são responsabilidades da Câmara Municipal. Por isso, se a saúde em Famalicão que não está bem podia estar muito pior, infelizmente e felizmente não está pior porque temos excelentes profissionais de saúde, muitos técnicos a trabalhar na área

da Saúde e temos felizmente a Câmara Municipal para colmatar as lacunas, as graves lacunas da Administração Central. -----

---JORGE COSTA (PS) - Ora bem, nós não estamos aqui para um ping-pong de intervenções, mas também não estamos para ficarmos calados por dar cá aquela palha. --

---Nós já estamos habituados ao fado da desgraçadinha, de pagar uns trocos pelo Serviço de Urgência de Famalicão e dizerem, fomos nós que fizemos tudo, nas primeiras páginas dos Jornais Locais. Mas vocês estão a falar para nós, nós famalicenses! -----

---E, portanto, quero-vos dizer o seguinte: ainda não aceitaram as Competências da Delegação do Governo, não tiveram a coragem como o Eduardo teve de defender um Hospital novo para Famalicão. Uma estrutura de raiz que lhe desse uma vida nova à saúde de Vila Nova de Famalicão. -----

---E, portanto, vamos centrar e vamos abster naquilo que é positivo, vamos reter àquilo que é positivo, que é a contribuição da Câmara. Mas a contribuição da Câmara está muito, muito aquém daquilo que disse que podia estar, se tivesse a coragem de fazer um novo Hospital para Vila Nova de Famalicão, se tivesse a coragem de aceitar as Competências e as Transferências de Competências do Governo e se tivesse a coragem de se preocupar de facto com os famalicenses. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Para registo de memória futura, todos os investimentos, os muitos, dezenas, centenas de milhares de euros que a Câmara Municipal investiu na saúde, em Vila Nova de Famalicão, em substituição do Governo de António Costa, são para o Senhor Deputado, Jorge Costa, são para o Partido Socialista trocos, trocos. Se são trocos, Senhor Deputado, faça o favor de dizer à Senhora Ministra, Marta Temido, que arranje um bocadinho desses trocos porque eles fazem muita falta para nós. -----

---JORGE COSTA (PS) - Nunca vai doer a alma ao PS para falar a bem daquilo que os famalicenses precisam e, enquanto tivermos tempo, falaremos sempre.-----

---De facto, e repito, a Câmara gastou uns trocos impelida pelo Eduardo, mantinha a feira, mantinha a feira aberta em plena pandemia, manteve! Só depois de cutucada pelo PS é que acordou. E de facto, se é essa a vontade de investir, fica aqui o repto, aceitem as Delegações de Competências do Governo e deixem-se de conversa. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado, Jorge Costa, o PSD e a Câmara Municipal e o CDS/PP acordaram para a pandemia à custa do Senhor Vereador, Eduardo Oliveira. Não sei em que mundo o Senhor viveu e andou durante esse tempo. Sabe, durante os últimos meses, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão foi distinguida pela ONU, foi reconhecida pela OCDE e foi ultimamente reconhecida pelo Tribunal de Contas como uma das Câmaras do País que mais investiu no combate à pandemia.-----

---Quanto ao repto da descentralização de Competências na área da Saúde, Senhor Deputado, no dia em que este Governo for sério, for transparente e ser exatamente com que a Câmara Municipal pode contar, nesse dia pode ter a certeza absoluta que seremos os primeiros a votar favoravelmente a proposta da Delegação de Competências. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó Senhor Deputado, no dia que este Governo voltar a propor coisas sérias, concretas de Delegação de Competências para Vila Nova de Famalicão, vai ser já a seguir. V. Exa. anda iludido com o resultado das eleições, lá com o Rio e com não sei quem, anda iludido, portanto vai ser já a seguir. Os portugueses vão continuar a confiar no PS, e se isto não é certo, Vs. Exas. não podem gozar com quem lhes apetece, que os famalicenses confiaram na Câmara da coligação porque são sérios, e os portugueses confiam no António Costa porque não são.-----

---Eu volto-lhe a dizer isto, Senhor Deputado, V. Exa. está a falar para o PS.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Nós estamos aqui a falar de uma obra em Requião, cerca de quinhentos mil euros, que é juntamente com o Centro de Saúde e Câmara Municipal, para que aquela obra, eu já conheço aquilo há mais de quarenta anos, tenha condições que neste momento não tem. É o que estamos a falar e é o que vamos votar.--

---Agora, estar aqui a dizer que o Hospital de Famalicão é da responsabilidade da Câmara, não é! O Hospital de Famalicão, mesmo que seja feito um Hospital em Famalicão é da responsabilidade do Governo, Dr. Jorge Costa. -----

---O candidato do Partido Socialista, aqui ao meu lado direito, você falou que ele foi à feira, porque o viu na feira. Ele foi fazer campanha para a feira?! Distribuir panfletos e dar abraços?! Não devia ter ido! Devia ter dado o exemplo, não ia para a feira. Por que é que ele foi para a feira?! Deu o exemplo! Então, queria que fechasse a feira e foi para a feira fazer o quê?! Em Campanha?! Não tinha ido! Isso era um bom exemplo para Famalicão.-----

---E o Hospital de Famalicão tem uma Direção, independentemente de ser do Partido Socialista, que eu admiro já há muitos anos e vou continuar a admirar, enquanto eles continuarem a trabalhar da forma que trabalham. Agora, se tem menos posses ou mais dinheiro ou menos dinheiro, é da responsabilidade do Governo não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Caríssimos, nem com a dobradinha a fingir que são separados, quando foram juntinhos nos enganam. A Câmara ainda não defendeu, nem com a dobradinha, ainda não defendeu um Hospital novo. E pode fazê-lo! Não fez, não teve a coragem política de o fazer. E o Eduardo foi distribuir máscaras para a Câmara, Armindo. Andas é distraído! -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Depois do que assistí aqui, obviamente que a Câmara Municipal, Dr. Jorge Paulo fez essa referência, tem feito um conjunto de investimentos muito significativos em competências que não são da Câmara. Quem o diz é o estado direito português. As Competências são do Governo Central da Tutela, que tutela esta área e, portanto, mesmo assim, não tendo a competência a Câmara Municipal tem desenvolvido muitos esforços por forma a que as infraestruturas de saúde, em Famalicão, tenham melhores condições. Esta é que é a realidade, tudo o resto são ruídos de fundo à volta disso. -----

---Portanto, a Câmara Municipal, quero deixar aqui claro, a Câmara Municipal vai continuar a desenvolver os esforços com a tutela do ACES, com o Dr. Ivo Sá Machado e com o Dr. António Barbosa, Presidente do Conselho de Administração do nosso Hospital de Famalicão, por forma a que o estado das infraestruturas e dos serviços, em Famalicão, sejam cada vez melhores, independentemente da Delegação de Competências que venham ou não a surgir. Portanto, esta é a garantia que deixo aqui aos famalicensenses. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DA DESPESA PLURIANUAL RELATIVAMENTE À EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA USF ANTONINA - REQUIÃO, COM UM PREÇO BASE DE 500.000,00 EUROS (QUINHENTOS MIL EUROS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR E COM UM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 365 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 36.º DO CCP. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---PAULO PINTO (PS) - Antes de mais, permita-me que mostre a minha satisfação por podermos estar outra vez de forma presencial, nesta Assembleia Municipal, algo que já há muito tempo não estávamos. Da mesma forma que tenho satisfação, também não

posso deixar de referir, e ser coerente comigo mesmo, a insatisfação pelo dia da semana escolhido. Certamente será uma exceção, e a mesa da próxima vez terá de ter mais atenção em marcar Assembleias Municipais que não sejam em vésperas de dia normal de trabalho, para a maior parte dos Senhores membros desta Assembleia.-----

---Também permitir-me antes, já que o meu nome foi tão pronunciado nas primeiras intervenções, agradecer as palavras de confiança e demonstração que foi direcionada pelos vários membros dos Grupos Parlamentares. Garantir que estou cá com a mesma convicção, motivação que sempre estive no passado, e sossegar algumas mentes que possam estar menos tranquilas que o Partido Socialista está unido. Se calhar há outros partidos que não estão tão unidos assim, mas o partido Socialista está unido, não se preocupem.-----

---Focando-me agora no que me trouxe aqui, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, quando muda um executivo há sempre esperança que os novos atores tenham uma sensibilidade diferente e que possa reverter as políticas que penalizam os seus munícipes. Infelizmente, em Vila Nova de Famalicão, essa esperança rapidamente desapareceu. É caso para dizer que nem chegou a ver a luz do dia. -----

---Os documentos agora em apreço, o chamado pacote fiscal, mantém os erros do passado, continuando a penalizar os famalicenses que continuam a ver que a Câmara não contribui para que possam aliviar a sua vida. *Kennedy* dizia: *Não perguntes aquilo que o teu país pode fazer por ti, pergunta o que podes fazer pelo teu país.*-----

---Senhor Presidente, não deve perguntar o que os outros podem fazer pelos famalicenses, mas deve, isso sim, perguntar o que pode V. Exa. fazer pelos famalicenses. Não podemos exigir que outros façam por nós aquilo que temos nós obrigação de o fazer.-----

---O Partido Socialista em Vila Nova de Famalicão tem procurado sensibilizar a Câmara para a necessidade imprescindível de apoiar os famalicenses no seu esforço para enfrentar os inúmeros sacrifícios a que foram e estão sujeitos. Fazia e faz sentido que a

Câmara redefinissem prioridades e passasse a gerir o chamado Pacote Fiscal Municipal com especial sensibilidade. Se isto era uma necessidade, atualmente fruto das atuais circunstâncias em que todos vivemos, é uma exigência. Realmente tivessem atenção, em vez de continuar a propaganda falaciosa que na realidade significa que a Câmara tira um pão e devolve uma migalha. Este tem sido a infeliz realidade do Pacote fiscal. -----

---Esta maioria apregoa com a exclusividade fiscal que as taxas se mantêm, mas a realidade é que os famalicenses não pagam percentagens, mas pagam euros. E cada vez pagam mais euros pelo mesmo. Estabilidade fiscal para os famalicenses é pagar os mesmos euros pelo mesmo que possuem, mas a realidade é que de acordo com os números os famalicenses pagam cada vez mais pelo mesmo. -----

---Relativamente ao IRS, este município finalmente no ano passado aderiu ao grupo dos municípios que abdicam de uma parte deste imposto. Aderiu bastante tarde, mas mais vale tarde do que nunca. No entanto, esta redução é muito pouco significativa. Pedia-se, exigia-se de que esta redução fosse mais significativa. -----

---Refira-se que a nível nacional este ano havia cento e trinta e cinco municípios onde a redução da taxa de IRS era superior à que foi implementada este ano, em Famalicão. Em trinta e seis mesmo, a redução foi total e em trinta e cinco a redução é superior a dois por cento. Exigia-se que um concelho como Famalicão pudesse estar muito acima neste ranking. Primeiro, porque pode, segundo, porque os Famalicenses o merecem, pelo menos no nosso entendimento. -----

---Fizemos uma retrospectiva e verificamos que o valor da taxa do IRS cobrada pelo município não para de aumentar. Em 2017 foi de três vírgula sessenta e cinco milhões de euros, em 2018 foi de quatro milhões, em 2019 subiu para os quatro vírgula dois e em 2020 continua a subir para os quatro vírgula cinco. É verdade que para 2021 o orçamento mantém a previsão de receita no mesmo valor, os quatro vírgula cinco milhões de euros. Mas, se considerarmos que nos últimos anos a execução tem sido sempre superior ao orçamentado, no mínimo os seis por cento, é fácil prever que a taxa

cobrada aos famalicenses atinge este ano um valor record. Só para comparar, em 2013 o valor cobrado foi de dois vírgula setenta e sete milhões de euros, ou seja, desde dois mil e treze até dois mil e vinte e um os famalicenses pagam mais um vírgula sete milhões de euros. Mais sessenta e dois por cento, ou seja, pelo mesmo os famalicenses pagam mais sessenta e dois por cento do que pagavam.-----

---Se considerarmos os quatro vírgula cinco milhões de euros que são fruto do quatro vírgula cinco por cento do que os famalicenses pagam, se a Câmara aplicasse uma taxa de três por cento, a receita seria sensivelmente semelhante à obtida em 2017. E se aplicasse dois vírgula cinco, seria semelhante à obtida em 2013. Então a pergunta que temos de fazer é: por que é que a Câmara não faz? Porque provavelmente precisa desse dinheiro todo, é verdade. Os dois milhões de euros em avenças, os seis milhões de euros de incrementos em pessoal por explicar, provavelmente são a causa para os famalicenses cada vez pagarem mais. -----

---A evolução efetuada para 2021 foi positiva, mas continua a ser insuficiente, exige de mais e tudo isto sem pôr em causa a receita para a Câmara como já vimos. -----

---E dado que vamos fazer discussão em separado, pois relativamente a mim voltarei aqui, só para dizer que relativamente a este ponto, o Partido Socialista vai-se abster. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Relembro só que esta Assembleia quer o local quer a data foi aprovada, por unanimidade, na Comissão Permanente de Apoio à Mesa, tendo em conta que esta Sala de Espetáculos, durante o fim-de-semana, está lotada com espetáculos. Claro que, todos pensamos que estamos orgulhosos em fazê-la presencialmente, não haveriam muitos locais em Vila Nova de Famalicão com este espaço e com estas condições de segurança. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Em jeito de introdução, permitam-me enquadrar esta nossa discussão assinalando alguns pontos prévios. -----

---Em Primeiro, começo desde logo para lhe dizer que as políticas Fiscais Locais são sempre muito condicionadas, não é a Câmara quem fixa a base e incidência do IRS, nem

do IMI, nem da Derrama, nem é a Câmara Municipal quem estabelece os escalões do IRS, nem quem fixa as deduções ao mesmo IRS. -----

---Em segundo lugar, ao contrário do Governo Central, as Câmaras Municipais dispõem de menos instrumentos financeiros para obtenção de receita, por exemplo, não podem emitir dívida soberana circunstância que naturalmente aumenta o peso das receitas fiscais por ausência de alternativas válidas que produzam um efeito compensatório ou de neutralidade. -----

---Em terceiro lugar, notar que, quanto menor for em receitas próprias e dentro delas em receitas fiscais próprias, aumenta o grau de exposição das Autarquias Locais ao financiamento municipal, situação que é preocupante tanto mais que todos nós sabemos que o cumprimento da Lei das Finanças Locais tem por regra ficado aquém do estatuído.

---Quarto e último lugar, ao contrário do Governo, as Câmaras Municipais elaboram os seus orçamentos com base em receitas fixas e é em função dessas receitas que fixam a sua despesa. -----

---Dito isto, cumpre assinalar que o Dossier Fiscal, que hoje nos é apresentado, honra o compromisso assumido perante os famalicenses e materializam para si o que para nós é muito importante, o princípio da estabilidade Fiscal. -----

---No ano em curso, para ajudar as famílias, as empresas a mitigar os efeitos sociais e económicos advindos da pandemia, a Câmara Municipal baixou os impostos. -----

---No ano em curso, os famalicenses pagaram menos por via da redução da taxa do IRS para quatro vírgula cinco por cento, com conseqüente crédito fiscal de zero virgula cinco por cento, o que equivale a uma redução de dez por cento no IRS pago. -----

---Pagaram menos de IMI todas as famílias com filhos a seu cargo; pagaram menos as empresas atenta a revolução da Derrama a aplicar sobre os lucros daquelas que só é cobrado às empresas com um volume de negócios igual ou superior a duzentos e cinquenta mil euros. -----

---Infelizmente, a Pandemia à Covid-19 não foi vencida, pelo que em 2022 se propõe e se impõe a manutenção na integra das reduções operadas quer em sede de participação variável do IRS, IMI e Derrama.-----

-----Nunca será demais realçar que ao contrário do que muitos possam pensar, o princípio da estabilidade fiscal é mais do que nunca, absolutamente determinante para que um qualquer cidadão ou uma qualquer empresa possa fazer o seu pagamento fiscal a médio prazo. A volatilidade sempre foi inimiga da estabilidade desejada por cidadãos e empresas, e só a estabilidade Senhor Deputado, Paulo Pinto, cria laços de confiabilidade do Estado com os cidadãos e as empresas, condição essencial que também, a nível local, torna os territórios mais atrativos. É isto que estamos a fazer e é isto que estamos a fazer com sucesso. -----

---Há quem ache que deveríamos ir mais longe, esquecendo-se que a gestão entre receitas e despesas deve cumprir o desígnio da sustentabilidade, e nós sabemos do que falamos, Senhor Deputado, Paulo Pinto. Em 2001 recebemos uma Câmara Municipal com uma dívida total de cinquenta e cinco milhões de euros. Hoje, essa dívida é apenas de vinte e nove milhões de euros, por um volume de receita muito maior. -----

---Há quem ache que devemos ir mais longe, esquecendo-se de algo que deveria ser caro a qualquer gestor público, o princípio da equidade intergeracional que obriga que haja um equilíbrio entre encargos e benefícios em cada geração não se podendo subcarregar uma delas em benefício de outras. E, Senhor Deputado, há também quem ache que devíamos ir mais longe, quiçá esquecendo-se que quem quer fazer justiça retributiva deve fazê-la de forma distributiva. É assim que funcionam as coisas. -----

-----Se queremos ter condições para poder prestar um bom apoio social, investir na segurança, na proteção das pessoas, no acesso à educação, à cultura, ao desporto, à habitação, investir na dinamização da nossa economia, não podemos dispensar tão importante receita, e o executivo da coligação tem dado provas da sua capacidade distributiva e tem-no feito sempre com sensibilidade social.-----

---Recorde-se que, ainda muito recentemente, o Tribunal de Contas publicou o relatório dedicado à avaliação do impacto das medidas adotadas pelos municípios em relação à crise pandémica. Segundo os números, Senhor Deputado, Paulo Pinto, o Tribunal de Contas considerou que Famalicão foi a oitava Câmara do País e a segunda no Norte que mais investiu no combate à pandemia. Entre março de 2020 e março de 2021, as medidas envolvidas na resposta à Covid tiveram um impacto superior a sete milhões de euros. Tudo isto faz diferença na vida das pessoas, Senhor Deputado, Paulo Pinto, e tudo isto faz diferença na vida também das empresas.-----

---Para terminar, Senhor Presidente, mesmo para terminar, dizer que a taxa de participação do IRS, Senhor Deputado, Paulo Pinto, está ligeiramente abaixo da média cobrada nos municípios do Quadrilátero, ou seja, aqueles com os quais nos podemos comparar. E já agora, dizer que o Quadrilátero é quatro vírgula cinquenta e oito, Braga é menor que três vírgula setenta e cinco. Mas Guimarães, do Partido Socialista? E Barcelos? Até agora do Partido Socialista é de cinco por cento! Como vê, muito acima da Câmara municipal de Vila Nova de Famalicão do PSD/CDS-PP. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 4,5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, CINQUENTA E UM A FAVOR E DEZASSETE ABSTENÇÕES. -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2022: -----

---UM PONTO UM - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ART.º 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,35% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ART.º 112.º DO MESMO DIPLOMA;-----

---UM PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 20€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---UM PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 40€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---UM PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Antes de mais, só fazer um ponto de ordem, eu sei que relativamente ao dia escolhido pela Mesa e pela Comissão Permanente, Vs. Exas. têm essa sensibilidade, nem que seja pelo trabalho todo que tivemos no último mandato. A minha preocupação é que esta exceção não se transforme em regra, ponto final, parágrafo. Só tem principalmente a ver com isso. -----

---Ora bem! Vamos então agora ao IMI. Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, a taxa mínima de IMI, os 3,5% previstos, o zero virgula trinta e cinco, perdoem, continuam no nosso concelho a ser cerca de vinte por cento superior ao limite estabelecido pelo Governo. -----

---Em 2021, mais de metade dos municípios em Portugal aplicaram a taxa mínima de zero virgula três. Refira-se a título de exemplo, e até porque o Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, trouxe aqui alguns exemplos de Câmaras, a taxa em Lisboa, que é governada por uma coligação do qual o seu partido faz parte, a taxa neste momento é de zero vírgula três. No Porto, zero virgula três vinte e quatro. São concelhos que provavelmente que a gente pode começar a comparar. Mas em Famalicão porque os famalicenses podem pagar, a taxa tem de ser superior. -----

---Refira-se que à semelhança do que aconteceu com o IRS, o valor cobrado por este município também tem vindo a subir ao longo dos anos. Em 2013, foi de doze virgula dois milhões de euros. Em 2016, já estava nos catorze virgula dois milhões de euros. Em 2019, foi de quinze milhões de euros e para este ano a previsão é de quinze virgula um milhão de euros. Mais uma vez, pelo mesmo património, os famalicenses pagam cada vez mais e mais. Esta é que é a realidade. E aqui, Senhor Presidente de Câmara, eu vou lançar o desafio que já lancei na anterior Câmara, uma das formas dos famalicenses pagarem mais pelo mesmo é que haja uma reavaliação do valor patrimonial. O que eu peço, é que haja compromisso de V. Exa. e que a Câmara Municipal em nenhuma

circunstância vai pedir a reavaliação de nenhum imóvel neste Concelho. Espero bem ter da sua parte uma resposta positiva, para sossegar em parte os famalicenses, já que pagam bastante. Que ao menos tenham essa garantia que a própria Câmara Municipal não vai ser o motor que eles não possam pagar mais. -----

---Fazendo um cálculo semelhante ao que fiz anteriormente, se a atual maioria seguisse o exemplo da maioria dos municípios e aplicasse a taxa mínima, a previsão de receita seria superior ao cobrado em 2013. E se fosse, por exemplo, a taxa cobrada no Porto, a previsão de receita seria semelhante à receita cobrada em 2016. Mas não se pode, Senhor Presidente, não é?! Os famalicenses têm que pagar as avenças. Além daquilo que o Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, falou, as avenças também têm que ser pagas. Por que não concorda com isto, o Partido Socialista tem vindo apresentar sucessivas propostas no sentido de atenuar o peso de impostos municipais. -----

---Todos sabemos como o IMI se agravou ao longo dos últimos anos -seja feita realizações dos imóveis ou fim das isenções- os números são muito claros, a carga fiscal suportada pelos famalicenses com o IMI tem vindo a crescer de forma sustentada como já referi. Mas num aspeto, há que reconhecer que esta maioria melhorou. Ao fim de tantos anos lá deram a mão à palmatória e ouviram o que o PS sempre tem dito, de que as famílias com um filho também deveriam ter direito à redução. E ao fim de tantos anos, este executivo lá reconheceu e passou aplicar esse desconto também para estes agregados familiares. Situação da mais exemplar justiça. E na altura, e convém que se esclareça isso, e o que o Senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso o ano passado, quando foi apresentada esta redução, foi com o motivo do contexto pandémico. O que os famalicenses querem o compromisso é quando este contexto pandémico termine é que esta isenção se mantenha, tanto no IRS como no IMI. Espero mais uma vez que V. Exa. possa dar uma resposta positiva para sossegar todos os famalicenses. Como se constata, vale a pena continuarmos a defender os interesses dos famalicenses.--

---Todos sabemos da importância destes impostos por este executivo, já falamos aqui, mas não nos podemos esquecer da forma constante as receitas cobradas em IMI e IRS supera o que estava previsto. O que significa que as propostas que o Partido Socialista tem apresentado de baixar a taxa de IMI para o mínimo possível e não os vinte por cento acima desse limite, que é o que este executivo aplica, e a redução das taxas para agregados com um filho já deviam ter sido efetuadas. Refiro, deviam e não podiam porque poder podiam, com este excesso de cobrança é evidente que podiam, ora deviam, mas este executivo não o quis fazer, e os famalicenses é que pagam. -----

---Refira-se no caso do IMI, a previsão desta Câmara é que a benesse do desconto para casais com um filho não tem impacto no valor apurado anteriormente. E é o caso para perguntarmos: o porquê de só agora? -----

---Já todos ouvimos esta maioria defender de que este dinheiro é necessário para o apoio social e para outras iniciativas. A tal política da Câmara, tirar um pão para dar uma migalha, de que sem parte desta verba nada disto seria possível, como ouvimos mesmo agora. E eu acrescento: ou o valor das avenças não seria possível? No entanto, acho que todos reconhecemos que embora tarde e em más horas, a verdade é que o trabalho do Partido Socialista tem vindo a produzir efeitos e certamente irá fazer ainda mais. -----

---Relativamente às taxas aplicadas no nosso concelho, esta maioria sempre se tem vindo a vangloriar de que as taxas aplicadas são das mais reduzidas no nosso país. O tal marketing! Ou seja, como vemos, Famalicão na realidade está muito longe de ser um concelho amigo dos seus cidadãos no que respeita à taxa do IMI. -----

---Está na altura de verdadeiramente aplicar uma cobrança de impostos social e não puramente a angariar dinheiro. Confiro, Senhor Presidente, não deve perguntar o que os outros podem fazer pelos famalicenses, mas deve, isso sim, perguntar o que pode V. Exa. fazer pelos famalicenses. Esta é a realidade e mais pura das verdades. Senhor Presidente, os famalicenses merecem! -----

Pelo explanado, o Partido Socialista já se absteve. Por Famalicão pelos famalicenses. ---

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“A CDU atenta às dificuldades económicas e financeiras da maior parte dos municípios, titulares de habitação própria neste concelho, continuará coerente ao que tem proposto e defendido nesta assembleia, recomendando que a taxa de IMI seja reduzida para 0,30%. -----

---O Grupo Municipal da CDU relembra ao Sr. Presidente que ainda em campanha eleitoral e em debates com outros candidatos sempre demonstrou preocupações na questão da habitação. Ora, parece-nos que o ponto que hoje aqui discutimos seria um caminho importante para diminuir tais preocupações. -----

---Acreditamos em não ser necessário descrever de que forma aligeirava os encargos de muitos famalicenses, assim como, por exemplo, permitiria a muitos jovens a aquisição de habitação própria, superando as dificuldades que têm sentido para avançar com os seus projetos de vida. -----

---Mas não nos deixamos iludir: desde sempre a maioria tem sido insensível às sucessivas propostas da CDU de baixar o IMI para 0,30 por cento, fator que proporcionaria uma folga económica aos famalicenses em causa, o que se lamenta. -----

---Nessa conformidade, o voto da CDU será o da abstenção.” -----

---**JOÃO PEDRO (CHEGA)** - Tenho ouvido com atenção este, se me permite a expressão, bate-boca do Partido Socialista e PSD, e isto faz-me recuar no tempo, faz-me recuar até, por exemplo, 1977, a primeira banca rota socialista e depois em 83, uma nova banca rota. E depois os desvarios de Guterres, e depois a tanga de Barroso, e depois nova banca rota com Sócrates. -----

---E agora, a maior carga fiscal de sempre com António Costa. Sim, a maior carga fiscal de sempre, alguma vez vista! Repito, a maior carga fiscal desde sempre, isto para sustentar as clientelas socialistas e as famílias socialistas e a única forma que tem, os socialistas e a esquerda em geral, de se perpetuarem no poder é através dos impostos e nivelarem tudo por baixo.-----

---Portanto, a mim surpreende-me de sobremaneira ver aqui o Partido Socialista vociferar contra o IMI, a marcação da taxa do IMI e ao mesmo tempo abster-se. É uma contradição que não entendo!-----

---Quanto ao IMI, o CHEGA considera, e eu pessoalmente considero, que é um imposto contranatura e, portanto, nós vamos votar contra, tanto mais que me parece que a proposta não está bem delineada, por exemplo, há um desconto de vinte euros para cada filho, quarenta euros para dois filhos e setenta euros para três ou mais. Pressuponho que seja assim, não é verdade?! E exclui, por exemplo, os jovens à procura de casa, e exclui os idosos, porque os jovens à partida não terão ninguém ao seu sustento. Um casal jovem que compra uma casa não tem ninguém, à partida não terá ninguém e os idosos com algum rendimento. Mas nós já sabemos que o socialismo quem ganha mais de mil euros em Portugal é considerado um criminoso, tem que pagar tudo.-----

---Portanto, nós, CHEGA, vamos votar contra esta proposta porque gostaríamos que considerassem e chegassem ao valor mínimo. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado, Paulo Pinto, tal como já o Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de referir, é importante assinalar que a Taxa Municipal do IMI está próxima do mínimo legal. Faça lá as contas que fizer, está próxima do mínimo legal. -----

---Pois é, Senhor Deputado, Paulo Pinto, que nós, Vila Nova de Famalicão, adotou o IMI familiar em toda a sua amplitude, isto é, com deduções a partir, desde logo, do primeiro filho. Diz o Senhor Deputado: chegou a justiça a Vila Nova de Famalicão! Responde o Deputado, Jorge Paulo Oliveira ao Senhor Deputado, Paulo Pinto: pelos vistos não chegou a Guimarães porque eles continuam a negociar. É uma Câmara Socialista, podemos comparar. É verdade, Senhor Deputado! Ó Senhor Deputado, o Senhor Deputado não pode ter um discurso em Vila Nova de Famalicão, outro em Guimarães, outro na Trofa. Portanto, eu sei, mas tenha paciência, é o Partido Socialista! Segunda nota, Senhor Deputado, para lhe dizer o seguinte, não está nesta proposta, mas

convém sempre lembrar à Câmara que há outro tipo de resoluções e de isenções no nosso município, por exemplo, a isenção de IMI por um período de três anos, nas áreas de reabilitação urbana. E como sabe, nós temos áreas de reabilitação urbana do eixo Bairro-Delães, de Joane, dos centros de Riba d'Ave e Oliveira S. Mateus e do centro de Vila Nova de Famalicão. E este é um apoio importante, também, para as operações de reabilitação urbana. -----

---Em terceiro lugar, Senhor Deputado Paulo Pinto, não é a Câmara Municipal que manda ou que solicita a reavaliação dos imóveis, como sabe, esse é um direito e uma prerrogativa do contribuinte que o poderá fazer sempre que entender. Disse e bem, que o aumento da arrecadação de receita de IMI se deve, e fez essa referência e quero ser justo consigo, que isso se deve, por um lado, à reavaliação dos imóveis, e como sabe isso é verdade e disse-o também, e deve-se aos fins de isenção. Esqueceu-se foi de acrescentar, e deve-se também ao dinamismo do mercado de construção, e da compra, e venda de imóveis e, naturalmente, da sua ocupação. -----

---Há mais imóveis ocupados em Vila Nova de Famalicão, é natural que haja mais receita. E depois, Senhor Deputado, fez referência ao aumento da receita fiscal por esta via ou se quisermos, a receita fiscal por via de outros impostos. É um facto, Senhor Deputado, mas diga-me lá, não é essa a dinâmica do país? Não é essa a dinâmica do país? É ou não é? Se o Senhor Deputado for conferir os dados em absoluto, deve acontecer num município ou outro que isso não aconteça, e eu acredito que sim, mas em absoluto, em geral, o que temos assistido nos últimos anos é um aumento de receitas por parte das Câmaras Municipais no IMI, no IMT, na Derrama, isso é que é um facto, Senhor Deputado! E Vila Nova de Famalicão, como deve compreender, não escapa a essa dinâmica, ainda bem! Ainda bem que não escapa. -----

---Finalmente para dizer o seguinte, Senhor Deputado, o Senhor Deputado João Pedro Castro fez aqui referência que o Partido Socialista é o responsável pela carga fiscal mais alta da democracia, e eu acrescento, é a carga fiscal mais alta da democracia e da

ditadura se quisermos recuar no tempo, 34,8% do PIB, 34,8% do PIB! Nunca, os Portugueses pagaram tantos impostos! Nunca, o estado arrecadou tantos impostos! Senhor Deputado, deixe-me dar-lhe este número, no último ano, em 2001, o estado arrecadou mais nove mil milhões, não é nove milhões, é nove mil milhões de euros de impostos, nove mil milhões! Repare, sabe quanto é que nós pagamos da dívida pública? Qualquer coisa como quatro mil milhões. Não sei se reparou que nós conseguimos cobrar de impostos duas vezes mais do que aquilo que pagamos de juros. Nove mil milhões!-----

---Por acaso o Partido Socialista, o Governo do partido Socialista, o Governo com o apoio da esquerda Parlamentar desceu o IRS? Não, não desceu! Desceu o IRC? Não, não desceu! Diga-me lá qual foi o imposto que desceu?! Nós não conhecemos nenhum.

---Muito bem! E depois, Senhor Deputado, lembrar-lhe o seguinte, já que falamos de sensibilidade social, ó Senhor Deputado, é bom recordar que o Partido Socialista, melhor dizendo, a maioria parlamentar da esquerda, já que aqui engloba também o Partido Comunista, votou contra a descida da taxa máxima do IMI de 0,3% para 0,25%. Não acha isso anormal depois de um comentário que aqui faz? Acha que está a ser coerente?!-----

---E, já agora, o que o Senhor Deputado tem a dizer quando foi o seu Governo com o apoio da maioria Parlamentar de Esquerda que criou o adicional do IMI, ou seja, já não bastava haver o IMI ainda teve que haver um adicional do IMI. O conhecido imposto Mortágua e recordar-lhe também para finalizar, já agora Senhor Deputado, não falamos do IMT, mas fica já aqui a deixa, votaram contra a extinção do IMT. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Senhor Presidente, se me permite, a redução de 0,35% sobre os prédios urbanos que ouvi aqui os Deputados do Partido Socialista, está quase no mínimo, quase no mínimo, mas eu vou passar aos pontos seguintes.-----

---A redução às famílias neste escalão: 20€, 40€, 70€ ninguém falou aqui, e esta é para o Deputado do CHEGA. A Câmara não pode baixar mais do que 20€, 40€ e 70€, nem que

queira, só se for do bolso do Presidente! Não pode baixar mais estes impostos. Que fique bem claro. Não consegue baixar mais um cêntimo, não pode baixar mais um cêntimo, a lei não permite. Era só isso que eu queria informar, Senhores Deputados. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2021, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, CINQUENTA E UM A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES. -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DERRAMA SOBRE O IRC (IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS):-----

---UM - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2021;-----

---DOIS - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

---TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2021, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Apresentou documento escrito que é do seguinte teor: -----

---“Uma política fiscal mais justa exige uma redução dos impostos sobre quem trabalha, sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, mas também sobre as micro pequenas e médias empresas, tributando adequadamente o grande capital. -----

---Neste sentido, registando a continuada boa saúde económica e financeira de que gozam um bom número de empresas deste concelho, de que se destaca as grandes empresas, o Grupo Municipal da CDU não acompanha a deliberação tomada em reunião de Câmara. Aliás, relembramos uma proposta de recomendação que apresentamos para que seja criado para a Derrama um 3º Escalão, passando a ser tributado a taxa máxima de 1,5% para as pessoas coletivas com um volume de negócios acima de 500.000,00€. Tal, mais não seria do que fazer evoluir a fiscalidade em conformidade com o potencial económico destas empresas, que não pode ser comparado às empresas com menores desempenhos económicos. -----

---Por outro lado, importa lembrar que o maior problema com que o país se confronta, nesta área, é que as grandes empresas - que fazem os seus lucros em Portugal - continuam a transferir as suas sedes para regimes fiscais mais favoráveis, fugindo ao pagamento dos impostos em Portugal. -----

---Mesmo não sendo da sua autonomia, também esta Câmara Municipal pode interceder junto do governo para que se revogue todas as isenções que permitem que isto aconteça.

---É preciso tributar de forma mais adequada os grandes grupos económicos. Se pagarem os impostos que devem, é possível baixar os impostos para todos! -----

---No respeito dos argumentos apresentados, a CDU irá votar contra.”-----

---**PAULO PINTO (PS)** - Ex.mo Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, hoje não vou estar aqui com ping-pong com V. Exa. que é normal. Aliás, tenho a máxima estima e consideração por si, sabe perfeitamente. Também já estou habituado à sua explanação de ideias seletivas, só de parte. Esqueceu-se dos impostos da Troika, V. Exa. como Deputado votou favoravelmente. As reduções da sobretaxa já com o Governo Socialista. O seu voto contra a proposta de orçamento deste Governo que ia reduzir a taxa de IRS,

por exemplo. Mas eu compreendo, sei que nesta altura V. Exa. anda em pré-campanha interna para poder continuar a ser Deputado, que eu faço honestamente de coração que continue, como sabe tenho estima e consideração. Eu compreendo essa sua performance.-----

---Registo só, Senhor Presidente da Câmara, que não respondeu aos dois reptos que lancei, foi relativamente a não pedir avaliação dos imóveis e a questão de manter as medidas que foram implementadas com o argumento do Covid da pandemia, pós-pandemia. Eu gostaria, como famalicense e outros famalicenses, que pudéssemos todos ficar mais tranquilizados. -----

---Relativamente a este ponto em apreço, relativamente à Derrama, o Partido Socialista vai-se abster, como se tem abtido ao longo destes últimos anos. Já lá vão os tempos em que esta maioria dizia que chegava que podia abdicar deste imposto, dessa verba auferida. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Os mais velhos que se encontram nesta sala certamente se recordarão, quando nós eramos pequenos jogávamos com os botões, jogar ao chisque. Bom, e quando havia dificuldade em saber quem é que ganhava, então um logo dizia: quero messas, quero messas! Bom, eu acho que nesta matéria vai ser difícil pedir messas. Nesta matéria, em particular, vai ser mesmo muito difícil pedir messas, isto, por uma razão muito simples, é que esta taxa de Derrama em Vila Nova de Famalicão é simplesmente a mais competitiva ao nível do Quadrilátero. Eu acho que ninguém vai discutir isso. É mais competitiva! É mais competitiva porque temos a taxa normal mais baixa que é um virgula dois por cento que compara com a taxa máxima, vá-se lá ver de onde, Guimarães. É uma chatice, é sempre Guimarães! Agora, também acompanhado por Braga. Não aplicámos sequer uma segunda taxa, ainda que reduzida como acontece, aonde? Em Guimarães! E, finalmente, isentamos todas as empresas com volume de negócios igual ou inferior a duzentos e cinquenta mil euros, o que novamente contrasta com quem? Com Guimarães, com Guimarães! -----

---Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é de estranhar que esta política fiscal associada naturalmente a outros instrumentos, a outras medidas, nomeadamente aquelas que constam do Programa MadeIn tenha contribuído para a criação no nosso município de um, diria, ecossistema que facilita o desenvolvimento empresarial, que cria postos de trabalho, cria centenas ou milhares de postos de trabalho e que explica em parte, apenas, o instrumento estrangeiro direto no nosso município que é muito significativo e que explica, também, a transferência para o nosso território de muitas e boas empresas.-----

---**JOÃO PEDRO (CHEGA)** - Relativamente ao imposto para as empresas, eu gostaria de citar uma frase de alguém muito famoso que dizia o seguinte: *“Não há dinheiro público, o que há é dinheiro tirado às famílias e às empresas”*.-----

---Nestes dias vimos o Orçamento de Estado, que felizmente foi reprovado, que era um orçamento que assentava essencialmente na despesa. O investimento nas empresas privadas era quase nulo, o alívio fiscal era zero e, portanto, gostava de dizer essencialmente aos Senhores Deputados da esquerda que as empresas são o motor da economia, e a liberdade das pessoas mede-se com a quantidade de dinheiro que tem no bolso. E quanto mais dinheiro o estado tirar do bolso das pessoas, menor é a liberdade e mais dependentes se tornam do estado e mais miserabilismo aparecerá, por isso, nós vamos votar contra. Gostaríamos que houvesse um alívio do imposto da Derrama sobre as empresas.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Deputado, João, meu querido amigo, chega. Eu queria lembrar a V. Exa., V. Exa. é novo nestas andanças, que há aqui alguém, falaram-me em vinte e um anos. Eu estava ali quase a dormir, não era a dormir, quase a dormir, porque o meu camarada de bancada fez aqui uma intervenção sublime. Disse tudo aquilo o que o PS pensa. Mas quando eu ouvi vinte e um anos, saltou-me a tampa e acordei de vez e disse, é hora de explicar que é esta coligação que anda a mentir há vinte e um anos e que ia acabar com a Derrama. Dito na cara! Vinte e um anos de falsas

promessas de fazer o término da Derrama! Vinte e um anos seguidos. Portanto, não é o PS que anda a faltar. Há vinte e um anos, como aqui já foi dito. -----

--Herdamos problemas, dívidas e reestruturação do concelho pobre onde não havia nada. Não havia nessa altura condições para por fim à Derrama, mas agora há. Bastava acabar com umas avenças chorudas que alguém anda a receber. E estão a fazer de conta que nós não sabemos que vocês andam a mentir há vinte e um anos relativamente à Derrama?! Não façam! Não façam. Porque o prometeram, há vinte e um anos, e ainda não cumpriram. Até lá, eu continuo à espera, atento. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DERRAMA SOBRE O IRC (IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM DOIS VOTOS CONTRA, CINQUENTA E UM A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES.-----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiou da apresentação da proposta.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, CINQUENTA E DOIS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO ESPAÇO PÚBLICO E ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---LUÍS MIRANDA (PS) - Um cumprimento particular a todos os jovens, não fosse eu um dirigente de uma juventude partidária, um cumprimento especial a todos os meus colegas aqui, Senhores Deputados jovens que parecem que somos muitos, e deixar também aqui um apelo a que não deixemos que estes senhores mais velhos manipulem o debate e que seja dada a devida abertura e margem de participação que tantas vezes é exigida e negada à juventude do nosso Concelho.-----

---O ponto que aqui me traz, prende-se essencialmente com o Código Regulamentar do Espaço Público e Atividades Privadas. Um documento extenso, longo, muito denso e com alguma exigência do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico. E, desde logo, é um documento que interfere com uma repercussão extremamente elevada na vida dos cidadãos, na vida das empresas, na vida da nossa economia local e que merece uma aprofundada e diligenciada, estuda e cuidada em volta desta questão. -----

---Nós encontramos aqui alguns pontos, o Grupo Municipal do Partido Socialista, encontrou aqui alguns pontos que poderá num momento posterior, mormente na aplicação da Lei no decurso das nossas vidas, das vidas dos nossos negócios, gerar aqui algum conflito, alguma discussão do ponto de vista judicial, do ponto de vista do desacordo que é aquele que poderá ser a aplicação da Lei, quer por parte dos entes autárquicos, quer por parte das demais entidades e em particular dos cidadãos.-----

---Foram várias, e vou enunciar aqui algumas, até porque o documento é extenso e não quero roubar aqui muito tempo que já vai longo, por exemplo, no artigo 40º deste diploma, só a título de exemplificação, relativamente à revogação da licença, evoca aqui no nº 1 da alínea d): *“Imperativos de interesse público assim o imponham para uma eventual revogação de uma licença.”*. Entendemos que, por exemplo, esta cláusula é uma cláusula aberta que poderá gerar aqui questões muitas dúvidas e que não densifica, não clarifica quais são aqui os interesses públicos em causa. -----

---Muito diferente, por exemplo, no artigo seguinte, relativamente à caducidade do licenciamento, no artigo 41º nº 2 alínea d): *“Por motivo de interesse público, designadamente quando deixarem de estar reunidas as condições que determinaram a concessão de licença ou quando deixar de estar garantida a segurança, a mobilidade, a tranquilidade, o ambiente e o equilíbrio do espaço público.”*.-----

Num outro momento, e também a título meramente exemplificativo, é por exemplo no artigo 106º relativamente a prestação de garantias: *“As cauções prestadas podem ser acionadas pela Câmara Municipal, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação das importâncias que se mostrem devidas pela execução dos trabalhos de reposição.”*. É uma vez mais conferido aqui um poder de certa forma extremamente discricionário àquilo que poderá ser uma atuação da nossa Câmara Municipal.-----

Um outro exemplo, relativamente à isenção de licenciamento: *“Está isenta de licenciamento a execução de obras no domínio público municipal promovidas pela Câmara Municipal e executadas por administração direta ou executadas por uma entidade terceira.”*. Uma vez mais se questiona uma possível desigualdade e um atropelo de outros diplomas legais quiçá a nossa Constituição da República Portuguesa num tratamento que é feito de forma desigual. -----

---Foram aqui apenas dados alguns exemplos, algumas tiradas daquilo que poderá ser um futuro litígio que surgirá no nosso Concelho, quer na aplicação desta Lei, quer na sua interpretação.-----

---Aquilo que o Grupo Municipal do Partido Socialista sugere e propõe a esta Câmara é, desde logo, ao abrigo do artigo 27º do nosso Regimento, criarmos uma Comissão Especial para em consonância de todos os Grupos Municipais discutirmos com a devida profundidade, diligência, proximidade que este diploma impõe, para que possamos ter um Município com menos lacunas do ponto de vista legal e evitar aqui alguns transtornos desagradáveis para o nosso Município. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Como sabem, só os Grupos Municipais podem fazer a proposta de criação de Comissões e não Deputados individualmente. Pergunta-se então ao líder da bancada se apoia esta proposta? Iremos então pôr à votação, depois de dar a palavra aos Deputados. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Já agora, só para esclarecer um pouco mais, foi exatamente para retirar algum tipo dúbio, que existia em algumas alíneas e artigos, que se fez também estas correções, no âmbito destas alterações que estão aqui propostas. Por outro lado, devo lembrar que este documento esteve em discussão pública durante trinta dias no mínimo, até penso que foi mais e, portanto, não houve qualquer contributo a esse respeito. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA PARA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO, FOI A MESMA CHUMBADA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS CONTRA E DEZASSETE A FAVOR. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO ESPAÇO PÚBLICO E ATIVIDADES PRIVADAS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO

ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

---JORGE COSTA (PS) - *Portugal é uma República onde imperam a divisão tripartida de poderes. Não adianta que esta Assembleia seja transformada numa câmara de eco da Câmara Municipal porque a seguir vemo-nos todos no Tribunal. O Tribunal é independente, irá julgar todos os conflitos que aqui a ditadura da maioria quer impor-se em discussão. Por isso, o Partido Socialista disse à Câmara Municipal: fizeti como entender. Mas a falta de diálogo há de custar caro, e não impede que lutemos sempre, nem que seja no terceiro poder por aquilo que é direito de todos os famalicenses. -----*

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - *A proposta em apreciação foi, como já aqui foi referido, objeto no âmbito de debate de discussão pública não tendo merecido qualquer proposta de alteração. Ato contínuo foi a mesma aprovada pelo executivo sem qualquer proposta de alteração. -----*

---Entendeu o Partido Socialista, e com toda a legitimidade política, democrática e jurídica, de propor uma constituição de uma Comissão eventual quiçá, diria mesmo, sendo esse o objetivo de dissipar enfim, eventuais dissonâncias ou dissensões interpretativas, ou preceitos cuja sua interpretação pode causar conflitos na sua aplicação. -----

---Bom, reconhecendo essa legitimidade, os exemplos que aqui foram dados não justificam a constituição dessa Comissão eventual. Aliás, por aqui e pela atenção que dispensei à leitura dos mesmos por parte do Senhor Deputado interveniente nesta

matéria, tenho até profunda discordância com a sua interpretação, naturalmente respeitando na íntegra aquela que tem adversa à minha.-----

---Uma coisa é certa, a democracia faz-se também pela representatividade, e esta Câmara e esta Assembleia Municipal tem uma maioria Parlamentar de direita. Representa a maioria dos famalicenses. E ela também tem que ser respeitada. E no dia em que uma Assembleia Municipal é ameaçada como aqui acabamos de assistir, isso não é democracia, isso é próprio da ditadura. Nesse contexto, Senhor Deputado, permita-me dizer que as razões que votamos contra a Constituição estão devidamente explicadas, mas não podemos deixar passar com todo o respeito, Senhor Deputado, não podemos deixar passar em claro a ameaça que aqui foi feita. Isso não é democrático, isso é próprio de regime totalitário. Felizmente não nos vemos nesse regime. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Senhores Deputados, têm ambos o direito de apresentar uma Declaração de Voto. Se interpreta como réplica, é uma questão sua e dele. A Mesa não se opõe. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) - *Dr. Jorge Costa, esta linguagem de ditadura é para os famalicenses não é para nós porque os famalicenses votaram nesta coligação porque se votassem no Partido Socialista, nós tínhamos que acatar essa decisão dos famalicenses. Agora, dizer-nos aqui, neste púlpito, que nós somos ditadores por não aceitar uma comissão para falar de alguns pontos, sobre o ponto oito da discussão, não... -----*

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Senhor Deputado, é uma Declaração de Voto. Peço que não se dirija diretamente a nenhum Deputado porque está a fazer uma Declaração de Voto. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) - *O Dr. Jorge Costa falou para a bancada da Coligação, para os Deputados do CDS e do PSD, não falou para o Partido Socialista, e não lhe admito a si, também você não me vai admitir a mim que lhe chame ditador. -----*

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - Senhor Deputado, tenho de lhe tirar a palavra.-----

---ARMINDO GOMES (CDS) - *Vou terminar. O que eu quero dizer com isto, o resultado das eleições não pode ser para aqui trazido, para este púlpito, em descontentamento do Partido Socialista. O problema é do Partido Socialista não é da Coligação.* -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO – Senhores Deputados, a Mesa está a ser muito flexível porque é a primeira Assembleia deste mandato, mas repito, as Declarações de Voto não são para uso da palavra, peço aos Senhores Deputados que cumpram o Regimento.-----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, PARA O EFEITO DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM O ART.º 6.º DO DECRETO-LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DA ESTRUTURA NUCLEAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES, O NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES, BEM COMO O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS RESPETIVOS CHEFES DE EQUIPA E DOS TITULARES DAS SUBUNIDADES ORGÂNICAS DE 3.º GRAU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Os meus congéneres líderes dos dois Grupos Municipais, do PSD e do CDS, estão enervaditos e tal, mas calma! As nossas divergências são apenas e só políticas e aqui, neste caso, eu quero acusar a Câmara Municipal de não ter tido a coragem de elevar a Educação neste Conselho à categoria de Departamento. -----

---A educação está misturada, segundo o artigo dez, com a Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Ação Social, Associativismo, Voluntariado e quiçá que mais. -----

---Reparem no que diz o Decreto-Lei que veio transferir as competências, o Decreto-Lei nº 21/19, de 30 de janeiro, a propósito da Educação, diz o seguinte: *“Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal e devem respeitar...”*; diz o número dois: *“O direito à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar”*; *“O cumprimento do currículo e orientações pedagógicas...”*; *“...a solidariedade intermunicipal; O respeito pela autonomia curricular... autonomia pedagógica...”*; *A gestão pública da rede de estabelecimentos...”*. -----

---Em Famalicão esta Câmara faz da Educação uma coisada menor no meio de outras. Uma mera divisão, não tendo a coragem de elevar isto à categoria de Departamento. Mas pensem no que são milhares e milhares de alunos, de professores centenas de escolas, pré-primárias de diferentes níveis de ensino. -----

---Eu sei que o PSD tem um problema com um homem de Ribeirão e tentou menosprezar toda a sua área de atuação subalternizando aquilo que há muito tempo devia ser num Departamento. Mas caríssimos, é na educação que está o futuro. Os pais de Famalicão vão perceber que quando não conseguirem gerir uma coisa na escola, que não há respostas para a escola, vão perceber que a Câmara não deu a fila primeira à educação. -----

E, portanto, a Câmara que ganhou que se organize como quiser, mas com a nossa crítica política contem bem com ela! -----

---**PEDRO SANTOS (PSD)** - A organização dos Serviços Municipais tem por princípios, entre outros, aproximação dos serviços aos cidadãos, a racionalização de meios e de eficiência na afetação de recursos públicos, a melhoria qualitativa do serviço prestado e a garantia da participação dos cidadãos.-----

---Requer-se, pois, uma atenção e uma avaliação contínua destes serviços pelas unidades orgânicas para os resultados desejados de forma adequar os serviços às necessidades de resposta em matéria de simplificação, eficácia e eficiência na continuação dos objetivos enunciados.-----

---É importante que as autarquias locais estejam dotadas de modelos organizacionais capazes de alcançar uma administração mais eficaz e moderna e que sirva bem os cidadãos, as empresas e todos que elas entram em relação, conferindo eficácia, eficiência, qualidade e agilidade no desempenho das suas funções, numa lógica de simplificação e racionalização dos serviços de aproveitamento, também dos recursos disponíveis, bem como antecipar e preparar os serviços com vista aos processos de descentralização de competências. -----

---Senhor Deputado, Jorge Costa, o Senhor fala relativamente à educação! O Senhor lembra-se que foi este município que integrou o projeto piloto?! Fomos exemplo a nível nacional, e vem aqui dizer que este município não deu como prioridade a educação! Onde é que está essa memória?! -----

---Analisado o documento em apreciação, este Projeto de Regulamento, estamos certos, visa prestar e reverter o contributo da administração municipal para o desenvolvimento do concelho numa promoção cada vez mais eficiente e modernizada, pelo que terá o total apoio do Grupo Municipal do PSD.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Bom, eu esperava ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara porque eu fiz uma interpelação política para dizer: Senhor Presidente da Câmara, não concordámos com esta forma de tratar a Educação. Ele para já não respondeu, eu ainda tenho esperança que o faça no decurso desta reunião. Mas aquilo que eu quero deixar

claro é que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, com este Regulamento, trata a Educação da mesma forma que trata as Bibliotecas e Arquivos ou Turismo. Percebam, parem para pensar. Vocês estão ao serviço dos famalicenses, parem para pensar. O Posto de Turismo, algures perdido na cidade, é tratado em termos organizacionais ao mesmo nível da Educação. E isto é um erro, por um lado. Por outro lado, o Decreto-Lei de Transferência de Competências em matéria de Educação estabelece como primeiro objetivo o direito à igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar. A Câmara pensa que a educação pública é o parente pobre para tentar promover colégios alguns de renome. Eu nem quero chegar aí! Estou apenas a fabular e pôr uma hipótese. Mas a verdade, é que a Câmara não assumiu nesta organização dos serviços, a preponderância e a importância que um ensino público de oportunidade para todos e de acesso merecia ter tido. -----

---PAULA AZEVEDO (PSD) - Era só para lembrar que a nível de Educação, realmente a Educação nunca está terminada. A Educação é sempre um projeto em curso. Mas é preciso ver neste caminho, neste projeto que está em curso, o que é que se está a fazer por parte da Câmara. E só vou enumerar alguns pontos importantes: -----

- os manuais que continuam a ser dados; -----
- os projetos educativos diversos que abrangem todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário; -----
- um dos melhores ensinos profissionais do país está no nosso concelho;-----
- o rastreio a nível de saúde, na audição e oftalmologia que está a ser feito neste momento;-----
- a bolsa de estudantes da nossa Câmara para o ensino superior e, além disso, dado o contexto difícil que o nosso país atravessa, a formação parental que está a decorrer neste momento nos nossos agrupamentos. -----

---Era só para recordar alguns itens que estão neste momento a ser postos em curso no nosso concelho. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Eu não era para intervir mais porque para o PS este assunto começa a ficar esclarecido, mas a intervenção da Senhora Deputada obrigou-me a vir cá para vos dizer o seguinte: Ó Senhora Deputada, afinal veio aqui dar-nos razão. Há tanta coisa em curso na Educação. Esqueceu-se dos auxiliares, é quê, são os mais pobres? Auxiliares de Educação não falou, mas tinha que falar. São muitos, centenas! E, portanto, se isto justificava ou não, na perspetiva do PS, uma realização diferente da Educação, claro!-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, PARA O EFEITO DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADA COM O ART.º 6.º DO DECRETO-LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, DA ESTRUTURA NUCLEAR, DEFININDO AS CORRESPONDENTES UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES, O NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS, DEFINIÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES, BEM COMO O ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS RESPETIVOS CHEFES DE EQUIPA E DOS TITULARES DAS SUBUNIDADES ORGÂNICAS DE 3.º GRAU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES. -----

---**DÉCIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1194,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO

COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/1995, SITA NO LUGAR DE FONTAÍNHAS, DA FREGUESIA DE MOGEGE, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Prescindiu da apresentação do documento. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Debatermos neste ponto a alteração do domínio público para domínio privado de uma parcela de terreno, na freguesia de Mogege. Aparentemente é isto que debatemos, mas em bom rigor não o é. O que estamos aqui a debater hoje é a necessidade de renovar a autorização da desafetação do domínio público para o domínio privado, por causa de um aparente erro de medição efetuado pelos serviços da autarquia, em 2012. -----

---Esta parcela de terreno, ou pelo menos noventa por cento das novas medidas desta parcela de terreno, já tinham passado da esfera pública para a esfera privada do município, em fevereiro de 2013. Aliás em bom rigor, nessa reunião foram vários lotes que foram tratados e este foi um deles. -----

---Nessa discussão de fevereiro de 2013, o então Presidente em exercício, Dr. Paulo Cunha, afirmou e passo a citar: *“A garantia que aqui fica deixada é que nenhum espaço será alienado sem que isso primeiro seja objeto da análise, de estudo e sempre em função do consenso a obter com os senhores Presidentes de Junta. Portanto, em circunstância alguma isso há de acontecer de forma diferente, por exemplo, será analisada a necessidade do associativo, veremos as necessidades socioeducativas, veremos a capacidade da própria freguesia para gerar outros movimentos ou outras soluções, todas essas questões serão equacionadas.”* Isto foi dito em fevereiro de 2013, pelo Dr. Paulo Cunha, a propósito da desafetação de terrenos de domínio público para o domínio privado do Município. -----

---Neste caso em concreto, esta ponderação, esta análise, este estudo que o Dr. Paulo Cunha se referiu no abstrato ao conjunto de lotes, podemos afirmá-lo que já estaria definido desde 1994 aquando do licenciamento e do alvará do lote em causa, onde é muito claro a descrição deste lote destinado a espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. -----

---O que está definido em noventa e quatro não implica e nem obriga a nenhuma alteração do domínio público para o domínio privado do município. Por outro lado, a firme garantia deixada pelo Dr. Paulo Cunha, em 2013, sobre estudos consensos necessidades socioeducativas ou semelhantes não está presente nesta proposta nem se vislumbra no horizonte. -----

---Perante isto, o que nos resta é olhar para a realidade deste enquadramento e presumir que o executivo municipal se prepara para fazer tábua rasa de um alvará de licenciamento emitido pelos próprios serviços e, em segundo lugar, potencialmente ignorar o compromisso assumido e a garantia dada perante esta Assembleia pelo anterior Presidente, Dr. Paulo Cunha. -----

---Senhores Deputados, a boa gestão urbanística do concelho, a boa gestão patrimonial do município e, sobretudo, a boa gestão ambiental que a todos diz respeito não é consentânea com uma disposição livre e potencialmente interessada da utilização de mecanismos que subvertem a lei e o seu espírito, pois o que se pretende em salvaguarda de solos não edificados, de espaços verdes e de equipamentos públicos. Infelizmente deslumbra-se aqui um destino completamente diferente para esta parcela de terreno. E de parcela em parcela o território perde, de parcela em parcela os famalicenses perdem, mas que, seguramente a mítica frase de *Lavoisier* sobre a natureza poderá, eu espero que não, mas poderá ser aplicada aqui. -----

---E por tudo isto, o Partido Socialista vota contra estes expedientes e apela aos senhores Deputados Municipais e em particular aos senhores Presidentes de Junta a reprovação destes atos administrativos que a todos prejudica. Hoje, estamos a falar de uma parcela

de terreno em Mogege, amanhã poderá ser numa outra qualquer freguesia dos Presidentes de Junta que aqui estão presentes e garantidamente nenhuma destas freguesias é em Guimarães.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Ó senhor Deputado, eu compreendo que tenha tido as melhores intenções em ter vindo aqui pôr o assunto na forma em que o pôs, mas há um problema de informação em termos de legislação. O concelho de Famalicão, como todos os concelhos em Portugal, está pejado, até digo, polvilhado de pequenas parcelas de terreno, umas maiores outras mais pequenas, como é obvio, que resultam de cedências ao domínio público que são obrigatórias por lei. A legislação também permite que em vez de serem feitas essas cedências elas sejam pagas ao município como compensação e, para isso, há uma fórmula na lei, há um modo de exercer esse direito que também é dos cidadãos, caso a Câmara aceite a compensação em verba em vez de terreno. Mas durante muitos anos, foi obrigatória a aceitação por parte do município das parcelas de terreno que por lei os urbanizadores seriam obrigados a entregar ao erário publico. -----

---O concelho está pejado, hoje menos, mas ainda assim está, e os senhores Presidentes de Junta conhecem bem essa realidade, está pejado de parcelas de terreno que não têm qualquer tipo de aproveitamento, ou pela sua topografia, ou pela sua localização em termos geográficos fora dos arruamentos e sem acessos diretos. E, portanto, essas parcelas de terreno quando não são utilizáveis criam mato e ao criar mato não são benéficas para as populações próximas e nem são benéficas para o território concelhio. Por isso, esta figura que é utilizada, é uma figura que permite à Câmara, num futuro próximo, e que se surgir essa necessidade e essa oportunidade de vir utilizar essas parcelas para outros fins que não aqueles para os quais foram cedidas, isto é, nem para a zona verde, nem para a área de equipamento. E por isso, dar-lhe uma utilização, muitas delas já foram utilizadas para habitação, por exemplo, para pessoas carenciadas de habitação, outras foram para associações para as suas sedes e para dinamizar as suas

atividades. E, portanto, é uma boa forma de aproveitar o território e não é propriamente um instrumento de alienação, é sim, um instrumento de aproveitamento destas parcelas de terreno e dar-lhes um fim, coisa que elas hoje não têm. -----

---Por isso, Senhor Deputado, eu compreendo as suas boas intenções, mas julgo que lhe faltava esta informação e também me cabe, acho, tentar explicar-lhe bem o porquê deste ato que a Câmara neste momento está a fazer.-----

---**RICARDO VALE (PS)** – O meu ponto não foi, nem nunca em momento algum quis ser sobre questões legais. Perfeitamente legal tudo o que está a ser feito, tem a ver com opções políticas sobre território. Neste caso concreto, estamos a falar de mil e quatrocentos metros quadrados, número redondo, com um destino muito bem definido desde 1994, espaços verdes ou equipamentos sociais. Portanto, eu agradeço a informação mais técnica, mas de facto o que estamos aqui a falar é uma resposta concreta a uma pergunta que o próprio executivo deve fazer a si próprio que é: O que é que queremos fazer do território?-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Ó Senhor Deputado, se o Senhor me tivesse ouvido em vez de estar à conversa com o Dr. Jorge Costa, o Senhor teria ouvido dizer que esta atitude que a Câmara está a tomar ou esta política que a Câmara está a seguir, é exatamente para bem do concelho e para bem do concelho em termos ambientais. Essa, foi aquilo que lhe disse e que justifiquei com tudo o que lhe disse aqui. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1194,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/1995, SITA NO LUGAR DE FONTAÍNHAS, DA FREGUESIA DE MOGEGE, DESTE CONCELHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO

NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM DEZASSETE VOTOS CONTRA E CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR.-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO - SNACK-BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO, A MARCO ANDRÉ CARNEIRO TEIXEIRA (NIF: 231077645), POR UM PERÍODO CONTRATUAL INICIAL DE 10 (DEZ) ANOS, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM A POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 5 ANOS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 55.800,00 EUR (CINQUENTA E CINCO MIL E OTOCENTOS EUROS), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE UMA RENDA MENSAL DE 465,00 EUROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu da apresentação do documento.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO - SNACK-BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO, A MARCO ANDRÉ CARNEIRO TEIXEIRA (NIF: 231077645), POR UM PERÍODO CONTRATUAL INICIAL DE 10 (DEZ) ANOS, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO, COM A POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 5 ANOS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 55.800,00 EUR. (CINQUENTA E CINCO MIL E OTOCENTOS EUROS), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE UMA RENDA

Assembleia Municipal

MENSAL DE 465,00 EUROS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DEZASSETTE ABSTENÇÕES.-----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE. (GRELHA E) ---

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** - Senhores Deputados, agora vamos entrar nos pontos de eleição. É uma competência exclusiva da Assembleia Municipal, por isso a Câmara Municipal tem agora pouca intervenção.-----

---Foi indicado pelos serviços que todos os votos têm a mesma cor, ao contrário de anos anteriores, o que se torna complicado fazermos os votos em conjunto. Portanto, temos que fazer os votos individualmente, sob pena de termos uma série de problemas para a contagem dos respetivos votos.-----

---Os Senhores Deputados fazem uma fila, desde que cumpram a distância mínima, e votam.-----

---Relativamente ao ponto doze, não se trata de uma eleição, mas de uma designação. Mas, obviamente que temos de anunciar os membros.-----

---Relativamente aos representantes de cada partido no Conselho Municipal da Juventude são designados:-----

---**Partido Social Democrata**: Daniela Filipa Machado Torres.-----

---**Partido Socialista**: José Miguel Teixeira Campos.-----

---**CDS-Partido Popular**: Francisco Castro Alves.-----

---**CHEGA**: João Pedro Fonseca e Castro.-----

---**Coligação Democrática Unitária**: Diogo Ferreira Martins.-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO - O ponto treze tem uma especificidade. Conforme os líderes dos Grupos Municipais receberam, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens recomenda que a eleição não deva ser feita já, mas numa sessão ordinária de fevereiro de 2022, de forma a que os selecionados cumpram o mandato integral de três anos, ou seja, eles começaram em 22 de fevereiro de 2019, sendo o término do seu mandato de 3 anos, no dia 22 de fevereiro de 2022. Obviamente que esta recomendação não é vinculativa, os Senhores Deputados é que decidem. -----

---No entanto, o PSD e o CDS apresentaram uma proposta que eu a seguir porei à votação que eu passo a ler: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, considerando o conteúdo da recomendação número 2 de 2021, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens na qual se advoga que o mandato dos membros designados pela Assembleia Municipal não deve ser interrompido devido à realização das eleições autárquicas, devendo e consequência os mesmos ser reportados, independentemente da entidade que representem ou que os tenha indicado ou os designado. -----

---Considerando que a Assembleia Municipal procedeu à indicação dos seus representantes na sua sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2019, não tendo, portanto, ainda decorrido o prazo de três anos de duração dos respetivos mandatos, os Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão na CPCJ, prevista no ponto treze da ordem de trabalhos, ocorra apenas na sessão ordinária de fevereiro de dois mil e vinte e dois ou em eventual sessão extraordinária em data aproximada daquela.”-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó Senhor Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para, nestas matérias sensíveis, pode haver conferência de líderes e procurar consensos. Se não houver unanimidade, qual é o resultado disto? -----

---Eu conheço os tiques do CDS e do PSD a mandarem em tudo, mas há matérias onde é preciso unanimidade, consenso, onde deve haver esse consenso. E, portanto, eu lamento que esta proposta sem consulta do Grupo Municipal do PS aqui chegue com os tiques *habitués* do costume. -----

Portanto, resumindo, agradeço que de ora avante, o CDS e o PSD percebam que nesta Assembleia Municipal há um Grupo do CHEGA, do PS e do PCP e que nos respeitem em conformidade. -----

---Nós estamos de acordo com a proposta e não vamos obstar à mesma. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** -Cabe-me aqui só um pequeno esclarecimento, a minha defesa da honra também tem esse direito. Esta recomendação foi enviada a todos os líderes, isso que fique bem claro! A Mesa enviou esta recomendação a todos os líderes.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado, conforme o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve oportunidade de referenciar, esta é uma recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens e a proposta, uma recomendação que foi distribuída a todos os Grupos Municipais que todos dela tiveram conhecimento do seu conteúdo, e o que nós fizemos, é meramente um instrumento para operacionalizar, se for caso disso, o entendimento para que se cumpra essa recomendação que não é vinculativa. Não houve qualquer intenção naturalmente de afastar quem quer que seja. -----

---Ó Senhor Deputado, se fosse pelo mesmo raciocínio, Senhor Deputado, eu diria então que a Comissão eventual que o PS há bocadinho nos propôs para criar, também ofendeu esse princípio que agora fala, que faz referência de consenso, e o PSD não argumentou nesse sentido porque não faz nenhum sentido. Mas há uma coisa que o senhor Deputado

disse e com a qual nós concordamos em absoluto, esta Comissão, ao contrário das outras, é de facto de elevada sensibilidade e não deve ser politizada, não deve ser politizada, e o PSD entende que de facto aqui deve haver mesmo consenso. -----

---As pessoas que nós indicarmos para esta Comissão, pela sua importância, pela sensibilidade do objeto desta Comissão deve ser objeto e nós estamos dispostos e desafiamos o partido para fazermos uma lista conjunta dessa matéria. Fica aqui o desafio.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE ADIAMENTO DE ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, PARA UMA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---DÉCIMO QUARTO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO. (GRELHA E) ----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FOI DESIGNADO POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR DA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO O SENHOR DEPUTADO, RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS. -----

---DÉCIMO QUINTO PONTO - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, E RESPETIVO SUPLENTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES. (GRELHA E) -----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR DA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, O DEPUTADO RUI PEDRO

Assembleia Municipal

PACHECO ALVES E COMO SUPLENTE, MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA. -----

--DÉCIMO SEXTO PONTO - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - CIM DO AVE. (GRELHA E)-----

Representantes dos Grupos Municipais do PSD e do CDS:-----

LISTA A:-----

--Paula Rosa Gomes Peixoto Dourado, Deputada Municipal; -----
--Pedro Jorge Sousa Santos, Deputado Municipal; -----
--Ricardo José Mesquita Carvalho Costa, Deputado Municipal; -----
--Firmino Vila Verde Costa, Deputado Municipal; -----
--Beatriz Silva Abreu de Sousa, Deputada Municipal; -----
--Manuel João Fernandes de Nascimento, Deputado Municipal; -----
--Germano António Silva Araújo, Deputado Municipal; e -----
--Cecília Maria Carvalho Martins, Deputada Municipal. -----

Representantes do Grupo Municipal do PS:-----

LISTA B:-----

--José Manuel Miranda Pereira, Deputado Municipal; -----
--Ricardo Gabriel Mendes Vale, Deputado Municipal; -----
--Ana Isabel de Macedo Falcão Fernandes, Deputada Municipal;-----
--Luís António Ferreira Miranda da Silva, Deputado Municipal;-----
--Paulo César Gonçalves Marinho Pinto, Deputado Municipal; -----
--Elisa Maria Domingues da Costa, Deputada Municipal;-----
--Rui Manuel Matos Carvalho, Deputado Municipal; -----
--Luís Salvador Azevedo Monteiro, Deputado Municipal; e -----
--Elsa Cristina Salgado Lopes. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** - Senhores Deputados, relativamente à eleição dos representantes para a CIM do Ave, ponto dezasseis, a lista composta pelo PSD-CDS elegeu cinco e o PS elegeu três membros.----

---**FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, OS SENHORES DEPUTADOS: PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO, PEDRO JORGE SOUSA SANTOS, RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA, FIRMINO VILA VERDE COSTA E BEATRIZ SILVA ABREU DE SOUSA, DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CDS-PP E JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA, RICARDO GABRIEL MENDES VALE E ANA ISABEL DE MACEDO FALCÃO FERNANDES, DO PARTIDO SOCIALISTA.**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** - Foi feita aqui uma proposta, obviamente que isto tem que ter unanimidade dos senhores Deputados, tendo em conta que só existe uma lista A. Se vocês acharem que não votam diferentemente para as Comissões, usávamos só um boletim de voto, mas caso alguém se oponha, a mesa... obviamente que votam todos.-----

---Portanto, então vamos usar só um voto que dá para todas as listas com a certeza que o resultado vai ser igual em todas. Vamos escolher um boletim aleatório da Cultura, que estamos na cultura.-----

---Em relação ao ACES é o Deputado Municipal, Rui Miguel Pereira dos Santos.-----

---Relativamente à eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Associação Nacional de Municípios tem o Rui Pedro Pacheco Alves e como suplente, Maria Estela Sá Veloso Cardona.-----

---Depois, temos um representante da Assembleia Municipal que deverá ser um Presidente de Junta e respetivo suplente para a Comissão Municipal de Sistema de

Assembleia Municipal

Gestão Integrada de Fogos Rurais temos Bernardino Gomes Martins, Presidente da Junta da União das Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela e como suplente, Carlos Alberto da Costa Fernandes, Presidente da Junta da União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei. -----

---Quanto á eleição do representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal Cinegético temos António Jorge Vieira Amaral, Presidente da Junta da União de Freguesias de Arnoso Santa Maria, Santa Eulália e Sezures e Adelino da Silva Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Fradelos. -----

---Quanto ao representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Cultura temos Armindo Manuel Sampaio Mourão, Presidente da Junta da União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos e Tomás Manuel Cunha Sousa, Presidente da Junta da União das Freguesias de Seide.-----

---Depois temos o representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Educação, Judite Celeste Ribeiro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho das Cambas e Francisco José Nogueira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Delães.-----

---Por último, o representante do Conselho Municipal de Turismo, Armindo Fernando Gomes, Deputado Municipal do CDS.-----

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NA COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO. (GRELHA E)-----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VALE S. COSME, TELHADO E

PORTELA, BERNARDINO GOMES MARTINS E COMO SUPLENTE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES. -----

---DÉCIMO OITAVO PONTO - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEVENDO SER UM AUTARCA DE FREGUESIA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL. (GRELHA E) -----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA, SANTA EULÁLIA E SEZURES, ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL E COMO SUPLENTE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FRADELOS, ADELINO DA SILVA COSTA. -----

---DÉCIMO NONO PONTO - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. (GRELHA E) -----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO E COMO SUPLENTE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEIDE, TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA. -----

--**VIGÉSIMO PONTO** - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, QUE DEVERÁ SER UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPETIVO SUPLENTE, NO CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO. (GRELHA E) -----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA VILARINHO DAS CAMBAS, JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA E COMO SUPLENTE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE DELÃES, FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES.-----

--**VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO** - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. (GRELHA E) -----

---FEITA A VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, FORAM DESIGNADOS POR ELEIÇÃO, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR NA LISTA A, DEZANOVE VOTOS BRANCOS E UM NULO, O SENHOR DEPUTADO DO GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, ARMINDO FERNANDO GOMES. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período houve uma inscrição do público, o Senhor Afonso Cerejeira, da freguesia de Lousado. -----

---AFONSO CEREJEIRA - A Ponte da Lagoncinha, em Lousado, encontra-se numa localização estratégica unindo os concelhos da Trofa, Santo Tirso e Famalicão. Classificada como Monumento Nacional desde 1943, sempre serviu de travessia

essencial entre as duas margens do Rio Ave, tendo inclusive sido atravessada pelas tropas do Marechal Soult durante as invasões francesas de 1809. -----

---Desde há dez anos que também eu lá atravesso diariamente, a pé, de bicicleta ou de automóvel, tendo vindo a observar uma degradação da segurança pedonal e um trânsito cada vez mais excessivo. -----

---A ponte é medieval, tendo sido construída no século XII, oitocentos anos antes da invenção do automóvel, e como tal, não foi projetada para a travessia de veículos pesados que causam dezasseis mil vezes mais desgaste no piso do que um peão.-----

---O seu tabuleiro, com três ponto cinco metros de largura, possui espaço suficiente para trânsito pedonal e ciclável. Contudo, este é insuficiente para a convivência segura entre peões e automóveis.-----

---Quando os carros lá atravessam, quem vai a pé é empurrado para o lado, tendo de se encostar à borda da ponte para não ser atingido pelos mesmos.-----

---Quem transporta mochilas, sacos ou malas tem de as segurar por cima da cabeça para libertar espaço para a passagem dos carros. -----

---Levar um carrinho de mão ou um cão pela trela é um esforço inglório, mas maior esforço se não mesmo impossibilidade é o transporte de um bebé num carrinho ou uma cadeira de rodas. -----

---Para quem conduz, a situação também é bastante complicada. Filas com mais de seiscentos metros, a partir do semáforo, são uma normal nas horas de ponta, prejudicando a tranquilidade dos moradores da zona que têm de ouvir o ruído incessante dos motores.-----

---Alguns condutores atravessam no vermelho chegando a meio da ponte e tendo a voltar para trás, aumentando ainda mais o caos rodoviário. -----

---Outros veículos de maior dimensão não respeitam os limitadores da altura da ponte, por vezes danificando os mesmos.-----

---Como é que chegamos a esta situação tão caótica em que um monumento histórico numa freguesia tão pequena como Lousado, se tornou num dos principais eixos rodoviários que coloca os peões em constante perigo? A resposta é surpreendentemente simples: herdamos décadas de primazia dada ao transporte automóvel individual em detrimento da mobilidade suave e coletiva. -----

---Até ao momento em que os carros começaram a atravessar a ponte não existia perigo algum. Não eram necessários semáforos, sinais, limitadores de altura, e os moradores nunca tiveram que se preocupar com o ruído das buzinas nem com a poluição causada pelo fumo dos escapes. Contudo, ao longo das décadas, o carro tornou-se essencial exigindo uma fatia cada vez maior do espaço público, chegando inclusive a ocupar o espaço de monumentos históricos como aqui podemos observar. -----

---O crescimento de Famalicão e dos concelhos vizinhos aumentou exponencialmente os movimentos pendulares que dependem da travessia do Ave, levando à situação insustentável da Nacional 14 que, por sua vez, agrava o trânsito da Ponte da Lagoncinha. -----

---A falta de alternativas do transporte público e ciclável de qualidade, induz-nos numa espiral de dependência automóvel piorando o trânsito, a segurança e a qualidade de vida de todos nós. Felizmente existe uma solução para este problema, se existir coragem política para tal. -----

---Primeiro, é preciso desincentivar a utilização do automóvel dentro do concelho, através da melhoria dos transportes públicos e implementação de redes pedonais e cicláveis de qualidade. -----

---Segundo, a ponte da Lagoncinha deve passar a ser pedonal como sempre foi até ao século passado, devendo, por isso, os automóveis utilizarem uma alternativa. -----

---Há quase vinte anos que esta vem sendo discutida e uma possibilidade será a nova ponte da Variante à Nacional 14. -----

---O mais importante é mudar a forma como pensamos a mobilidade em vez de nos questionarmos: quantos carros consegue esta estrada transportar? Passarmos a questionar: quantas pessoas consegue esta estrada transportar?-----

---Felizmente, Famalicão começa já a dar os primeiros passos na direção certa. Mas é preciso fazer mais! Foi por isso que em fevereiro deste ano, em plena pandemia, ao poder vivenciar pela primeira vez a Ponte da Lagoncinha sem trânsito, criei uma petição pública on-line, que visa a sua pedonalização e estudo de alternativas. A petição já conta com 545 assinaturas, dando origem a publicações em vários meios de comunicação, como o Jornal de Notícias e o Porto Canal. Desde já, agradeço a todos aqueles que contribuíram para o seu sucesso.-----

---Tenho vinte e cinco anos e durante toda a minha vida a solução para este problema tem sido uma constante promessa eleitoral. Está na altura de pôr mãos à obra e de a concretizar. -----

---Espero que este novo ciclo político que aqui começa com o novo executivo, coloque este tema na agenda. -----

---Para concluir, peço o esclarecimento das seguintes questões: -----

---Questão número um - Em outubro deste ano, o Dr. Mário Passos reuniu-se com o Deputado do PSD, Dr. Jorge Paulo Oliveira, para debater a Variante à Nacional 14 e a Ponte Lagoncinha. O que é que foi discutido ao certo nesta reunião e que *outputs* surgiram da mesma? -----

---A segunda questão - Em agosto de 2018 visitou o local juntamente com o seu antecessor, Dr. Paulo Cunha, manifestando a vontade de tornar a Ponte da Lagoncinha pedonal e valorizar a zona envolvente. Passados três anos, qual é o progresso deste projeto e que limitações é que tem dificuldade em implementar o mesmo?-----

---Só mais uma questão - Existem dados ou estimativa de números de veículos que atravessam diariamente a Ponte? Seria possível colocar um sensor de movimento à entrada para obter esses mesmos dados?-----

---Muito obrigado pela vossa disponibilidade de hoje e reitero que me encontro disponível para dar o meu contributo na resolução deste problema. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Primeiro para agradecer o contributo, ainda por cima sendo de um jovem, ainda é mais bem-vindo que, porventura, se fosse de outra idade. Obrigado por isso.-----

---Depois dizer-lhe que testemunho tudo o que disse. Disse que eu estive lá uma outra vez, estive lá várias vezes, inclusive com o Senhor Presidente da Junta de Lousado, já lá estive e, portanto, testemunho tudo aquilo que aqui afirmou, e partilho da sua opinião de que aquela Ponte merecia ser pedonal e ciclável. Claro que sim! Como também presumo que sabe, nós temos feito muitos esforços já desde há alguns anos a esta parte, para que haja uma alternativa à Nacional 14 que porventura vai ajudar também haver menos trânsito na Ponte da Lagoncinha. Muitos anos de luta. -----

---Pelos vistos, parece que já há utilização para a despesa, ainda não sabemos detalhes acerca dessa matéria, que como sabe é da competência também do Governo. Mas estamos a trabalhar em conjunto por forma a que nós possamos tão breve quanto possível iniciar a obra. E nós estamos disponíveis para ajudar, tal como ajudamos, por exemplo, na Nacional 14, que teve uma intervenção alguns meses atrás. -----

---Mas nós estamos a fazer mais, nós queremos também, e em sede do PDM já estamos a criar um canal em conversações com Santo Tirso por forma a que haja uma outra ponte que ajude, também, aquela área de acolhimento empresarial que vai nascer em Lousado, mas também que ligue à área empresarial de Santo Tirso. Juntando as duas áreas, essa ponte iria ajudar imenso para que esse objetivo que aqui traz, que também é o nosso, seja uma realidade no curto prazo.-----

---Portanto, não estamos, como percebi que está atento, não estamos de braços cruzados, estamos a trabalhar, estamos preocupados. Essa ponte há bem pouco tempo atrás, presumo três, quatro anos, também teve uma intervenção, uma intervenção que a reabilitou, porque ela estava muito debilitada, como é sabido. Também queremos

naquelas margens contíguas à ponte, também o Senhor Presidente da Junta tem projetos conosco para que possamos embelezar ainda mais, para que a contemplação à ponte seja uma realidade e ao rio uma zona muito bonita. -----

---Portanto, nós temos ideias, temos projetos, temos disponibilidade de alguns recursos para este efeito. -----

---Estou certo que com o tempo vamos conseguir aquilo que todos nós, e ainda bem, da sua parte, da minha parte, da parte da Câmara Municipal também, para que, como disse há pouco, esse objetivo seja alcançado o mais rapidamente possível. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e vinte e um minutos. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte e vinte e um; -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte e vinte e um. -----

